



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

Uberlândia, 25 de fevereiro de 2019.

À
Prospecta Auditores Associados S/S
Rua República Argentina nº 751 – Ponta Aguda
89050-100 – Blumenau – SC

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da Unimed Uberlândia Cooperativa Regional Trabalho Médico Ltda, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e os Fluxos de Caixa da Unimed Uberlândia Cooperativa Regional Trabalho Médico Ltda, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as Demonstrações Contábeis examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

	31/12/2018
Total do Ativo	171.135.391,36
Total das Exigibilidades (Passivo Circulante + Passivo Não circulante)	92.438.608,42
Patrimônio Líquido	78.696.782,94
Sobra Líquida Exercício	6.326.910,58

Os montantes acima consignados concordarão com os livros da empresa após o fechamento das contas do exercício, quando as Demonstrações Contábeis serão transcritas no Livro Diário, também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações transmitidas a Vossas Senhorias durante seu exame das demonstrações contábeis da Unimed Uberlândia Cooperativa Regional Trabalho Médico dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018.

Na qualidade de administradores da empresa, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das Demonstrações Contábeis e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias.

Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os Fluxos de Caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente. Além disso, colocamos à disposição de Vossas Senhorias todos os livros contábeis e financeiros, bem como os de atas de reuniões (AGO e AGE) e do

Conselho de Administração. Adicionalmente, todas as atas de reuniões (AGO e AGE) e do Conselho de Administração celebradas até esta data encontram-se incluídas nos respectivos registros. Essas atas refletem a totalidade das decisões aprovadas. Também foram fornecidos; acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros e documentação, e outros; informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria; e acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.

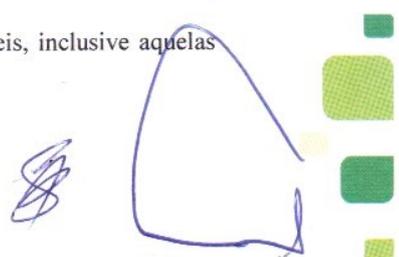
As Demonstrações Contábeis e/ou suas notas explicativas:

I Indicam ou registram:

1. Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos.
3. Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.
4. Todas as perdas esperadas em razão de circunstâncias já conhecidas.
5. Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

II Pressupõem que:

1. Todos os ativos são de propriedade da empresa e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
2. Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
3. As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.
4. Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Contábeis.
5. Que o sistema contábil e de controle interno adotado pela entidade é de responsabilidade da administração e adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes.
6. Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas Demonstrações Contábeis.
7. Os efeitos das distorções não corrigidas são irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.
8. Os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis, inclusive aquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis em relação as demonstrações contábeis.



Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a empresa, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência:

- Dr. José Américo Fonseca Attie OAB/MG nº 62.373
- Dr. Dr. Carlos Muzzi de Oliveira OAB/MG nº 72.372
- Dr. Emmanuel André Luiz de Oliveira Rossi OAB/MG nº 89.137
- Dr. Uthan Mendes Ornelas OAB/MG nº 79.087
- Dr. Wanderley Romano Donadel OAB/MG nº 78.870

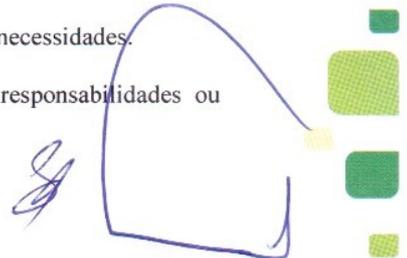
Além disso, não temos conhecimento:

1. De que membros da administração não tenham cumprido todas as leis, normas e regulamentos a que a empresa está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da empresa.
2. De outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às Demonstrações Contábeis.
3. De que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa manteve transações.
4. De quaisquer fatos ocorridos nos exercícios auditados que possam afetar as Demonstrações Contábeis e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade das operações da empresa.
5. De eventos e circunstâncias ocorridos ou esperados que possam nos levar a crer que o ativo imobilizado possa estar registrado por valores superiores ao seu respectivo valor de recuperação.
6. De efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:
 - (a) Ações ou reclamações relevantes contra a empresa.
 - (b) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos.
 - (c) Inadimplências contratuais que possam resultar em perdas para a empresa.
 - (d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.
 - (e) Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, etc.

Também confirmamos que:

A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da entidade é adequada às necessidades.

- a) Não houve fraude envolvendo administração ou funcionários em cargos de responsabilidades ou confiança;



- b) Não houve fraude envolvendo terceiros que poderiam ter efeito relevante nas Demonstrações Contábeis;
- c) Não houve violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas Demonstrações Contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas;
- d) Não houve na avaliação de risco realizada pela empresa resultados que indicassem que as demonstrações contábeis possam ter distorção relevante como resultado de fraude;
- e) Todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude que afetem as demonstrações contábeis da entidade, comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, reguladores ou outros;

Além disso, não temos conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas Demonstrações Contábeis.

Todas as transações efetuadas no período foram devidamente registradas no sistema contábil de acordo com a legislação vigente. Todos os contratos em 31 de dezembro de 2018 estão adequadamente documentados e contabilizados nos registros contábeis e adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis. Não temos conhecimento da existência de quaisquer contratos que não tenham sido reportados a Vossas Senhorias.

Atenciosamente,


Dr. Savio de Moraes
CPF: 753.551.676-91
PRESIDENTE


Ronaldo Fernandes da Silva
CRC/MG 082.872/O-2
CPF: 776.593.766-91
CONTADOR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,

Senhores Cooperados,

Submetemos à apreciação de V.Sa. às demonstrações contábeis da Unimed Uberlândia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. De início declaramos que a sustentabilidade é um dos pilares da Unimed Uberlândia. Ao longo dos seus 47 anos a cooperativa se mantém comprometida com os princípios que norteiam a sustentabilidade empresarial, demonstrando que a responsabilidade corporativa de uma empresa vai além dos negócios. Os resultados alcançados pela Unimed Uberlândia demonstram sua sustentabilidade, ou seja, sua permanência ao longo de todas estas décadas de existência. Nestes anos a cooperativa buscou prosperar o máximo possível explorando todo o potencial dos recursos, alinhando objetivos pessoais a objetivos globais. Superou momentos de crises inerentes ao seu crescimento na busca incansável pela existência. Cresceu e progrediu enraizada na sua essência, ou seja, o cooperativismo e seus princípios, quais sejam: **livre adesão**, como forma associativa; **gestão democrática**, como forma política; **compromisso doutrinário**, como participantes das organizações cooperativas nacionais; **proporcionalidade às operações**, como forma distributiva de resultados; **ação integrada e interdependente**; **educação, treinamento e informação**, como compromisso e responsabilidade social. Durante estes anos, na busca daquilo que é fundamental para a sua existência, a Unimed Uberlândia permaneceu firme com os seus propósitos. Se os clientes mudaram, a cooperativa mudou com eles. Se os produtos e serviços evoluíram, ela também procurou evoluir os seus produtos e serviços. Mas jamais se esqueceu de sua origem: **garantir a liberdade e a dignidade dos profissionais médicos e melhorias estruturais necessárias para o exercício da profissão mediante um modelo de gestão pautado pela ética, sem visar ao lucro e com ênfase no papel social da medicina**. Cresceu e passou por várias crises. Nestes momentos de crises buscou minimizá-las, evitando atritos indissolúveis entre os responsáveis, sócios, parceiros e colaboradores da cooperativa. Empregou muito discernimento e atitude positiva com foco no problema e na solução deles. Buscou evitar que dúvidas sobre os motivos das dores ou pontos de vistas divergentes fossem alvo de atrito entre as pessoas. Acredita que quem deve se atritar são as ideias e não as pessoas. Enfrentou com tenacidade, coragem, espírito de equipe e acima de tudo, com foco na essência do que a representa. Nos momentos difíceis aproveita a oportunidade e reforça a cada dia os seus valores para a garantia da sua sustentabilidade. Como agente social ativa, a Unimed Uberlândia buscou empregar de acordo com suas competências a melhor gestão econômica, visando minimizar impactos ambientais e sociais colaborando para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Uma vivência consolidada de 47 anos de atividade, o que outorga tranquilidade frente à visão e à avaliação dos desafios que se desenham para os próximos anos. A Unimed Uberlândia continuará a perseguir metas realistas e inovadoras, sem se afastar de sua origem, buscando o crescimento sustentável cuja viabilidade o tempo se encarregou de demonstrar. Continuará num intenso trabalho de modernização e profissionalização, firmes com os **propósitos de austeridade, transparência e sustentabilidade**. No ano de 2018, adentramos em um período de crise, política, ética e econômica no Brasil. A economia brasileira permaneceu instável, principalmente no setor da saúde, onde vivenciou altos índices de sinistralidade; excessiva regulação; elevadas reservas técnicas obrigatórias; desabastecimento das vendas de planos para pessoa física; a judicialização da saúde e pouca flexibilidade de negociação de preços com empresas contratantes. Diante disso, muitas ações foram executadas visando superar o momento de crise, o que exigiu muita determinação para **continuar racionalizando custos para garantir o equilíbrio e a saúde financeira da cooperativa** e, portanto, foram momentos que exigiram medidas austeras e enérgicas. Ao findar o ano de 2018, a Unimed Uberlândia contava

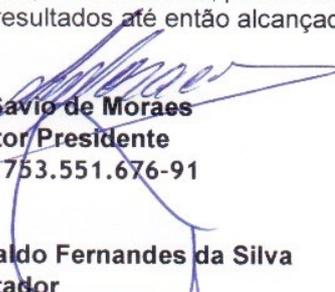


com 971 médicos cooperados, mantendo presença em 6 (seis) municípios na sua área de atuação, são eles: Monte Alegre de Minas, Centralina, Indianópolis, Prata, Tupaciguara e Uberlândia. Em 2018, a Cooperativa completou 47 anos de fundação e alcançou 102,5 mil beneficiários em carteira, conforme cadastro na ANS. As contraprestações efetivas de assistência à saúde da Unimed Uberlândia foram de R\$ 431,9 milhões e, desse total, R\$ 352,1 milhões foram destinados aos eventos indenizáveis líquidos, como remuneração da assistência prestada aos clientes (sinistralidade de 84,88%) – números que indicam a consolidação das operações da Unimed Uberlândia e a sua relevância na saúde suplementar local. **a) Política de destinação de lucros / superávits / sobras:** A Unimed Uberlândia apura seus resultados levando em conta os atos cooperativos e não cooperativos. Os atos cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71 (Lei das sociedades cooperativas). Os atos não cooperativos são aqueles praticados por terceiros, ou seja, não tem relação com os médicos cooperados, sendo alheios ao propósito principal da Cooperativa. Em 2018 a Unimed Uberlândia apresentou sobras líquidas de R\$ 6,3 milhões, sendo superávit de R\$ 6 milhões nos atos cooperativos e R\$ 312,7 mil nos atos não cooperativos. Seguindo a legislação vigente, 10% dos atos cooperativos foram incrementados no Fundo de Reserva e 5% no Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES), além disso, o FATES recebeu 100% do resultado dos atos não cooperativos e teve uma redução de R\$ 2 milhões referente a despesas que foram subsidiadas pelo FATES. As sobras líquidas apuradas em 2018 foram de R\$ 7,1 milhões e serão absolvidos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 27 de março de 2019. **b) Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade/entidade e/ou no resultado do exercício:** A Unimed Uberlândia é uma sociedade de natureza cível (sociedade simples de responsabilidade limitada), formada exclusivamente por médicos, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços aos sócios. A sociedade tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus sócios, através do aprimoramento das condições para o exercício da medicina. Em 2018, a Unimed Uberlândia manteve sua trajetória de crescimento, fechando o ano com uma carteira de beneficiários de 102,5 mil vidas. No total, incluindo beneficiários de planos de saúde (47,1%), Saúde Ocupacional Unimed – SOU (8,18%) e atendimentos beneficiários de outras operadoras - Intercâmbio entre Operadoras (44,63%) somou em 2018, 217,3 mil vidas, o que evidencia que a Cooperativa vem cumprindo com o seu objetivo social, ou seja, ampliar a carteira de beneficiários/clientes para incrementar o volume de serviços nos consultórios dos sócios. O volume dos negócios atingiu 919,8 mil consultas médicas no ano e 29 mil internações na rede hospitalar. As despesas administrativas foram de 7,4% em relação ao faturamento líquido total. Em relação ao seu patrimônio a Cooperativa fechou o ano com um Ativo total de R\$ 171,1 milhões, o que representaria um crescimento de 9,5% em relação a 2017. Os recursos financeiros representam 36,3% destes ativos e fecharam o ano totalizando R\$ 62,2 milhões, entre disponibilidades e aplicações financeiras. O endividamento dos Cooperados referente ao passivo tributário dos cooperados através da IN 20 ANS, fechou 2018 no montante de R\$ 5,7 milhões. As Provisões para Ações Judiciais (tributárias e cíveis) contingenciadas totalizam em 31/12/2018, R\$ 14,8 milhões, sendo R\$ 6,1 milhões tributárias e R\$ 8,7 milhões ações cíveis. Todas as responsabilidades da Cooperativa relativas a assuntos regulatórios que envolvem garantias financeiras – margem de solvência, lastro e vinculação das provisões técnicas estão devidamente constituídas. Em 2018, a Cooperativa manteve junto à ANS a Nota Técnica Atuarial NTA – Peona para cálculo com metodologia própria para a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, o que possibilitou realizar a provisão necessária devido à otimização dos seus processos internos de recebimento de contas médicas. Dentre as ações administrativas que contribuíram para o melhor desempenho da Cooperativa frente ao cenário destaca-se: a transição da certificação do sistema de gestão da qualidade ISO9001/2008 para a ISO9001/2015; exclusão de 61 cooperados por descumprimento do Estatuto Social; abertura de PAD (processo administrativo disciplinar) para 52 médico cooperados; consolidação da implantação dos sistemas de gestão, especialmente integração HRP e IRYS permitindo avançar

em projetos internos que impactam em resultados aos cooperados; aproximação da cooperativa com órgãos da justiça, tais como PROCON e ministério público para o estreitamento de relações que contribuem para uma gestão eficaz das questões ligadas a judicialização da saúde; processo de comunicação com os cooperados via aplicativo de celular (trazendo transparência dos dados da cooperativa), consultoras de relacionamento, estreitamento de contato com reuniões, assembleias, encontros e workshop, capacitação em práticas de governança corporativa. Dentre estas e outras ações destacamos que o maior ganho foi a participação ativa dos cooperados nas decisões da cooperativa resultando na aprovação do modelo de governança, baseado nas boas práticas. Tudo isso, reflete a solidez da Cooperativa quanto à segurança para com os Cooperados, Clientes e Parceiros Comerciais. O ano de 2018, também foi um ano em que a cooperativa foi recebeu vários prêmios de reconhecimento público, dentre eles: a transição da certificação ISO 9001/2008 para ISO 9001/2015; eleita pela 21ª vez como líder na categoria plano de saúde no Top Of Mind 2018 e entre os 10 maiores contribuintes de ISS no município de Uberlândia. Todas essas conquistas só foram alcançadas devido ao envolvimento de toda sociedade, cooperados, colaboradores, prestadores e clientes que tem correspondido positivamente a todas as iniciativas da Cooperativa no sentido de coibir os desperdícios e focar as ações para a gestão da qualidade. **c) Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:** Não houve. **d) Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s):** Mais do que uma operadora de planos de saúde, a Unimed Uberlândia tem se qualificado como gestora do seu sistema de saúde, buscando torná-lo cada vez mais eficiente e sustentável. Dentre as diretrizes estratégicas da Cooperativa para os próximos anos, estão: o crescimento da carteira de clientes com ganho de rentabilidade, o aumento da eficiência operacional, a melhoria contínua nos processos, o aprofundamento do modelo de atenção ativa à saúde com base nos princípios da Atenção Primária à Saúde, a ampliação da rede de serviços próprios de saúde e a manutenção das políticas de qualificação da rede credenciada e de valorização do trabalho médico. Os investimentos no modelo de atenção à saúde partem de princípios, como estímulo ao autocuidado, linhas de cuidado para atenção ativa, qualificação e orientação do percurso assistencial dos clientes e fortalecimento de vínculos. Além destas perspectivas, faz parte da agenda de trabalhos para 2019 ampliar a margem de contribuição; garantir a resolutividade do CIAS; otimização dos custos assistenciais através da metodologia DRG – Grupo de Diagnósticos Relacionados; aumentar o grau de satisfação dos clientes; ampliar os serviços de autoatendimentos; tornar a cooperativa cada vez mais digital; consolidar as boas práticas de governança; ampliar o nível de capacitação, conhecimentos técnicos e competências gerenciais dos colaboradores e aumentar o grau de satisfação dos cooperados. As recentes mudanças ocorridas no panorama econômico mundial e a velocidade com que suas graves consequências estão afetando as políticas governamentais, gerando um quadro recessivo geral, inesperado até então, são o maior exemplo da necessidade de as organizações terem a capacidade de se adaptarem, rapidamente, aos vários cenários apresentados. **e) Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde:** Com o intuito de ofertar soluções em saúde a seus clientes, diferenciando-se no mercado de saúde suplementar, a Unimed Uberlândia consolidou uma série de estratégias voltadas à melhoria continuada da qualidade assistencial, dentre os investimentos realizados destacam-se: 1) Operações do CIAS – Centro Integrado de Atenção à Saúde com equipe multidisciplinar com foco na atenção à saúde, integralidade e longitudinalidade do cuidado visando um atendimento assistencial diferenciado e buscando um novo modelo de atenção à saúde; 2) Consolidação do novo sistema de gestão para o completo gerenciamento da Operadora, incluindo todas as funcionalidades, tais como: Core Business, Back Office e soluções complementares em uma única aplicação; 3) Prospectar novas oportunidades para as unidades de negócio; 4) Fortalecer o relacionamento com os comitês das especialidades; e 5) Ampliação dos programas da qualidade de vida que buscam priorizar a promoção da saúde e a prevenção de doenças, contribuindo para a qualidade de vida dos clientes, estimulando o autocuidado e a vinculação do paciente ao seu médico. Dentro dessa perspectiva, a Unimed Uberlândia investe nos seguintes programas de qualidade de vida: (1) Curso de Gestantes “Unibaby”: tem como objetivo orientar;

auxiliar e oferecer a gestante e seu companheiro informações, treinamentos e suporte para que tenham uma gravidez tranquila e bem orientada. Os futuros pais podem trocar informações com a equipe e outros participantes para que se sintam mais tranquilos e preparados (2) Programa Preparatório para Cirurgia Bariátrica: tem como objetivo orientar e apoiar os clientes nos aspectos psicológicos, clínicos e nutricionais no pré-operatório, reforçando a importância da atividade física e da mastigação. (3) Curso pós – bariátrica: tem como objetivo prevenir o reganho de peso e a ocorrência de transtornos alimentares, contribuindo para a manutenção dos bons hábitos de vida e a saúde psicossocial. (4) Programa para o colaborador Unimed: tem como objetivo prestar atendimento multidisciplinar aos colaboradores Unimed Uberlândia, promovendo qualidade de vida e bem-estar no trabalho. É realizado levantamento de dados de saúde na empresa pela enfermeira e aqueles com alterações de saúde constatadas são direcionados para os outros profissionais da equipe. (5) Gerenciamento de Casos Especiais: é realizado através de monitoramento oferecido aos clientes que necessitam de cuidados em sua residência, que apresentam doenças crônicas e/ou degenerativas, ou com dificuldades de locomoção. Esse monitoramento acontece por meio de visitas domiciliares e contatos telefônicos, objetivando a qualidade de vida destes e a manutenção de um quadro estável. O programa busca apoiar e dar suporte ao trabalho já oferecido pelo médico assistente. (6) Programa de Atenção Domiciliar – PGCE: o programa visa minimizar o tempo de internação do paciente de acordo com seu estado clínico e com indicação médica. Auxilia o paciente a recuperar sua saúde, sendo tratado, quando possível em seu domicílio, no ambiente familiar e social com estreita integração com o médico assistente e com um cuidador designado pela família. Com este programa podemos viabilizar no domicílio a continuidade de vários tratamentos como antibioticoterapias endovenosas, intramusculares ou subcutâneas, curativos e treinamentos familiares com vistas à capacitação da família em realizar o cuidado. (7) Quimioterápico Oral: No programa o cliente recebe avaliações mensais e/ou trimestrais com enfermeiras através de contato telefônico ou visitas domiciliares para o monitoramento do fármaco em uso, verificação de reações adversas, orientações sobre o uso do medicamento, recolhimento de frascos e/ou cartelas vazias para o descarte apropriado, etc. Todos os investimentos são realizados com recursos próprios da Cooperativa, tendo como principais objetivos a ampliação do acesso dos beneficiários aos serviços de saúde; melhoria da qualidade assistencial e ampliação da rede assistencial com a estratégia de se constituir uma Rede de Serviços Próprios complementar à rede credenciada – oferecendo serviços de qualidade e suprimindo lacunas dos prestadores de serviços de saúde, o que fortalecerá o conceito de rede assistencial e contribuirá para o aumento da eficiência operacional da Cooperativa. Além dos investimentos acima, a Unimed Uberlândia tem outros investimentos tais como: R\$ 13,9 milhões em imóveis destinados a renda e R\$10,7 milhões em participações societárias distribuídas nas seguintes empresas: Central Nacional Unimed, Federação Interfederativa do Estado de Minas Gerais, Unimed Participações, Unimed Intrafederativa do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e nas Instituições Financeiras UNICRED Uberlândia, Creditril e Sicoob-Credicofrul. **f) Resumo dos acordos de acionistas:** Não houve. **g) Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:** Os investimentos são destacados como aplicações financeiras, independentemente de apresentarem as características definidas pelas políticas contábeis adotadas no Brasil para enquadramento em “Caixa e Equivalente de Caixa”, quais sejam: prazo de vencimento de até 90 dias, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Cooperativa não apresentou durante os dois exercícios sociais precedentes, venda ou reclassificação de quantia material de investimentos mantidos até o vencimento. No decorrer do exercício social corrente e para os próximos exercícios, é esperada a manutenção dos volumes atualmente aplicados. **h) Emissão de debêntures:** Não houve. **i) Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar a modificações ocorridas durante o exercício:** Não houve. **Por fim,** continuamos desenvolvendo um intenso trabalho de modernização e profissionalização da Cooperativa, firmes com os nossos propósitos de austeridade e transparência. Consideramos os resultados alcançados satisfatórios. Sabemos que tais resultados se devem à quota de trabalho

e sacrifício dos Cooperados, dos parceiros e credenciados, do corpo técnico, dos colaboradores, assessores e diretoria e, especialmente, nossos clientes que tem correspondido positivamente a todas as iniciativas da Cooperativa no sentido de coibir os desperdícios e focar as ações para a gestão da qualidade. Nós do Conselho de Administração reiteramos os compromissos assumidos com nossos Cooperados e nos mantemos convictos de que estamos no caminho certo. Sabemos que o caminho que se apresenta não será fácil, por isso exigirá de nós dedicação, capacidade, trabalho e união de todos, para que os compromissos assumidos sejam objetivos de todos. Os resultados apresentados nos deixam confiantes quanto ao futuro da Cooperativa. No entanto, há ainda muitas tarefas a serem cumpridas, dentre elas podemos destacar: medidas necessárias para otimização dos custos assistenciais, através do uso racional dos recursos na assistência médica; e o combate às práticas "predatórias" dos concorrentes que forcem a queda de valores dos honorários do trabalho médico a níveis inadequados. Mesmo confiantes, continuamos cientes dos riscos e das responsabilidades que permeiam nosso futuro. Precisamos estar unidos: Dirigentes, Colaboradores, Parceiros e, sobretudo, os Cooperados, para que os compromissos assumidos sejam objetivos de todos, pois, todos deles se beneficiam. Em síntese, o desafio agora é reduzir os desperdícios, engajar cada vez mais o Cooperado no dia a dia da sua Cooperativa e continuar prestando um atendimento de qualidade para os Clientes. **Agradecimentos:** Agradecemos o apoio e a participação dos senhores cooperados, clientes, colaboradores, parceiros comerciais, órgãos governamentais e a comunidade financeira nos resultados até então alcançados. Uberlândia, 25 de fevereiro de 2019. Diretoria.


Dr. Savio de Moraes
Diretor/Presidente
CPF 753.551.676-91

Ronaldo Fernandes da Silva
Contador
CRC-MG 082872/O-2

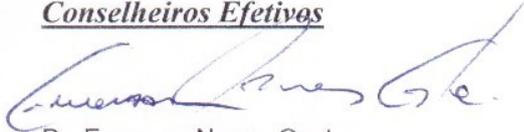
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da UNIMED UBERLÂNDIA, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, reunidos especialmente para este fim e depois de examinar todas as demonstrações contábeis da cooperativa referente ao exercício social de 2018, baseando-nos nas avaliações efetuadas, nos acompanhamentos realizados durante o ano, no parecer da auditoria externa PROSPECTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S e, especialmente, quando necessário, nos esclarecimentos prestados pela Administração da cooperativa, declaramos ter encontrado tudo na mais perfeita ordem, portanto, é nosso parecer de que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da UNIMED UBERLÂNDIA em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho Fiscal recomenda a aprovação das Demonstrações Contábeis pelos membros cooperados na Assembléia Geral Ordinária do dia 27/03/2019.

Uberlândia, 26 de março de 2019.

Conselheiros Efetivos



Dr. Emerson Nunes Costa



Dr. Marco Túlio Alvarenga Silvestre



Dr. Maria Aparecida Lima

Suplentes:



PARECER TÉCNICO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA)

Diante da necessidade de mensurar um montante financeiro para constituição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) exigida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), através da Resolução Normativa - RN nº 393, de 9 de dezembro de 2015, o presente relatório apresenta o resultado para devida contabilização em dezembro/2018 estimado conforme a Nota Técnica Atuarial de Provisão (NTAP). As premissas técnicas usadas no cálculo dessa provisão foram dispostas pela NTAP de PEONA em acordo com o disposto na RN nº 393/2015 e suas atualizações publicadas até a presente data.

A base de dados foi fornecida pela **Unimed Uberlândia** e é de sua inteira responsabilidade a veracidade e consistência das informações prestadas. Os valores informados para o cálculo das Provisões Técnicas devem ser exatamente iguais aos valores informados no quadro auxiliar do DIOPS. Assim, é imprescindível que qualquer alteração nas contas utilizadas para cálculo das Provisões Técnicas, ocorrida posteriormente ao envio deste ofício, deverá ser informada a esta consultoria, para realização dos devidos ajustes.

De acordo com o exposto nos tópicos anteriores, apresenta-se os valores a serem constituídos na referência de dezembro/2018.

Tabela 1 - Provisão de PEONA

Competência	Provisão
Dez/2018	R\$ 16.765.954,52

Importante destacar que esta Consultoria Atuarial não presta mais serviços para Unimed. Dessa forma, os valores das provisões técnicas divulgadas a partir de janeiro/19 não são mais responsabilidades deste atuário.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos necessários quanto ao teor do presente documento.

Atenciosamente,

Belo Horizonte/MG, 25 de janeiro de 2019.



Rafael Esteves Miguel da Silva
Coordenador Atuarial - MIBA 2.310
Federação Interfederativa do Estado de Minas Gerais

CNPJ: 19.891.852/0001-44



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Cooperados da
UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO
Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO** (Cooperativa), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 que trata da contabilização de obrigações legais, conforme os critérios determinados na IN/DIOPE 20/2008 da ANS, e a sua forma de realização futura.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4 "w" a Cooperativa adotou parcialmente as normatizações previstas pela ANS na RN nº 430/2017 para as Operações de Corresponsabilidade pela Gestão de Riscos decorrentes de atendimentos de beneficiários, considerando que o registro contábil das operações de corresponsabilidade assumida e de corresponsabilidade transferida foi realizado de forma parcial, sendo observado que os saldos comparativos de 2017 não foram reapresentados, devido a adoção da norma de forma prospectiva, afetando a comparabilidade das informações.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

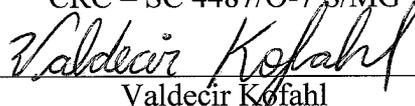
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 01 de março de 2019.

Prospecta Auditores Associados S/S
CRC – SC 4487/O-7 S/MG



Valdecir Kofahl

Sócio Responsável Técnico
Contador - CRC RS 060.387/O-0 S-MG

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA

17.790.718/0001-21

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO	Nota	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		108.675.521,38	98.114.072,26
Disponível	5	1.532.999,25	1.227.063,07
Realizável		107.142.522,13	96.887.009,19
Aplicações Financeiras	6	60.700.990,04	40.614.346,41
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	6.a	44.488.108,81	40.607.508,90
Aplicações Livres	6.b	16.212.881,23	6.837,51
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	7	35.552.456,73	14.339.534,30
Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber		10.154.819,45	11.674.006,61
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		23.213.060,47	-
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.184.576,81	2.665.527,69
Participação Dos Beneficiários Em Eventos/Sinistros Indenizados		2.184.576,81	2.665.527,69
Outros Créditos De Operações Com Planos De Assistência À Saúde		-	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Op	8	308.047,54	31.228.768,72
Créditos Tributários e Previdenciários	9	5.397.209,80	6.651.243,92
Bens e Títulos a Receber	10	5.119.328,36	3.557.417,01
Despesas Antecipadas	11	63.360,50	85.984,34
Conta-Corrente com Cooperados	12	1.129,16	409.714,49
ATIVO NÃO CIRCULANTE		62.459.869,98	58.226.121,45
Realizável a Longo Prazo		23.509.650,00	20.888.078,03
Depósitos Judiciais e Fiscais	13	17.720.773,07	15.235.644,25
Conta-Corrente com Cooperados	14	5.788.876,93	5.652.433,78
Investimentos	15	23.986.211,18	22.399.339,99
Outros Investimentos		23.986.211,18	22.399.339,99
Imobilizado	16	7.441.919,14	6.780.005,45
Imóveis de Uso Próprio		1.928.724,54	1.747.814,42
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		1.928.724,54	1.747.814,42
Imobilizado de Uso Próprio		2.862.094,42	2.249.923,85
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		1.111.474,52	896.594,39
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		1.750.619,90	1.353.329,46
Imobilizações em Curso		-	186.043,53
Outras Imobilizações		2.651.100,18	2.596.223,65
Intangível	17	7.522.089,66	8.158.697,98
TOTAL DO ATIVO		171.135.391,36	156.340.193,71

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

SAVIO DE MORAES
 PRESIDENTE
 CPF 753.551.676-91

RONALDO FERNANDES DA SILVA
 CONTADOR
 CRC MG 082872/O-2



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA

17.790.718/0001-21

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

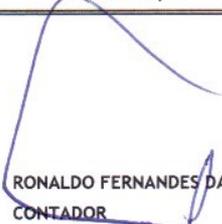
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

PASSIVO	Nota	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		73.228.339,28	82.360.203,15
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	18	59.060.061,59	44.781.904,86
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	18 i	6.707.606,96	11.837.922,26
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	18 ii	35.586.500,11	20.066.364,97
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	18 iii	16.765.954,52	12.877.617,63
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	19	1.398.930,10	337.758,16
Contraprestações / Prêmios a Restituir		963,63	12.560,48
Comercialização sobre Operações		88.395,77	17.543,86
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		1.203.951,99	-
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		105.618,71	307.653,82
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	20	-	16.277.464,42
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	21	5.906.635,16	7.339.696,31
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	22	-	3.206.531,96
Débitos Diversos	23	5.376.818,58	9.292.020,30
Conta-Corrente de Cooperados	24	1.485.893,85	1.124.827,14
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.210.269,14	15.087.399,36
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		4.355.022,05	-
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS		4.355.022,05	-
Provisões	25 a	14.855.247,09	15.087.399,36
Provisões para Ações Judiciais		14.855.247,09	15.087.399,36
Débitos Diversos	25 b	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		78.696.782,94	58.892.591,20
Capital Social / Patrimônio Social	27 a	28.939.689,72	15.462.408,56
Reservas	27 b	42.599.822,98	40.429.970,07
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		42.599.822,98	40.429.970,07
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		7.157.270,24	3.000.212,57
TOTAL DO PASSIVO		171.135.391,36	156.340.193,71

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


SAVIO DE MORAES
PRESIDENTE
CPF 753.551.676-91


RONALDO FERNANDES DA SILVA
CONTADOR
CRC MG 082872/O-2



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA

17.790.718/0001-21

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
VALORES EXPRESSOS EM REAIS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	Nota	2018	2017
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		426.654.592,53	327.760.718,84
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		431.914.384,49	331.740.185,60
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		431.914.384,49	331.740.185,60
(-)Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(5.259.791,96)	(3.979.466,76)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(362.145.433,13)	(290.098.585,76)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(358.257.096,24)	(293.367.128,98)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(3.888.336,89)	3.268.543,22
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		64.509.159,40	37.662.133,08
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		1.637.317,69	1.433.614,00
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		75.267.994,31	90.882.393,26
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		45.007.137,83	50.658.449,17
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		26.823.872,76	39.575.111,32
Outras Receitas Operacionais		3.436.983,72	648.832,77
(-)Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(2.937.509,18)	(3.692.063,12)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(15.608.694,29)	2.316.704,26
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(4.339.196,75)	(714.021,04)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(5.971.928,92)	(1.874.447,23)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(5.297.568,62)	1.656.103,24
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(64.677.483,15)	(64.693.205,97)
RESULTADO BRUTO		58.190.784,78	63.909.575,51
Despesas de Comercialização		(1.286.388,38)	(1.839.402,64)
Despesas Administrativas	32	(48.963.878,87)	(46.526.405,78)
Resultado Financeiro Líquido	33	(2.045.980,54)	(6.459.489,08)
Receitas Financeiras		6.537.792,11	8.652.537,53
Despesas Financeiras		(8.583.772,65)	(15.112.026,61)
Resultado Patrimonial		1.914.738,62	1.321.353,56
Receitas Patrimoniais		2.175.277,56	1.325.749,36
Despesas Patrimoniais		(260.538,94)	(4.395,80)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		7.809.275,61	10.405.631,57
Imposto de Renda		(1.048.631,90)	(2.179.024,97)
Contribuição Social		(433.733,13)	(774.500,96)
Participações sobre o Lucro		-	(28.013,17)
RESULTADO LÍQUIDO		6.326.910,58	7.424.092,47

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

SAVIO DE MORAES
PRESIDENTE
CPF 753.551.676-91

RONALDO FERNANDES DA SILVA
CONTADOR
CRC MG 082872/O-2

ANS - nº 384577

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA

17.790.718/0001-21

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS - DSP
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 VALORES EXPRESSOS EM REAIS

DEMONSTRAÇÃO DO SOBRAS E PERDAS - DSP	Atos cooperativos principais ingressos/dispêndios	Atos não coope- rativos receitas/despesas	2018	2017
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	136.672.581,53	289.982.011,00	426.654.592,53	327.760.718,84
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	138.245.533,83	293.668.850,66	431.914.384,49	331.740.185,60
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	138.245.533,83	293.668.850,66	431.914.384,49	331.740.185,60
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(1.572.952,30)	(3.686.839,66)	(5.259.791,96)	(3.979.466,76)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(109.012.168,34)	(253.133.264,79)	(382.145.433,13)	(290.098.585,76)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(107.960.762,04)	(250.296.334,20)	(358.257.096,24)	(293.367.128,98)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(1.051.406,30)	(2.836.930,59)	(3.888.336,89)	3.268.543,22
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	27.660.413,19	36.848.746,21	64.509.159,40	37.662.133,08
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	417.352,30	1.219.965,39	1.637.317,69	1.433.614,00
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	47.016.269,49	28.251.724,82	75.267.994,31	90.882.393,26
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	43.604.737,08	1.402.400,75	45.007.137,83	50.658.449,17
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	2.632.322,97	24.191.549,79	26.823.872,76	39.575.111,32
Outras Receitas Operacionais	779.209,44	2.657.774,28	3.436.983,72	648.832,77
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(771.920,60)	(2.165.588,58)	(2.937.509,18)	(3.692.063,12)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(3.464.320,45)	(12.144.373,84)	(15.608.694,29)	2.316.704,26
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(546.647,51)	(3.792.549,24)	(4.339.196,75)	(714.021,04)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(1.546.132,40)	(4.425.796,52)	(5.971.928,92)	(1.874.447,23)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	-	-	-	3.249.069,29
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(1.371.540,54)	(3.926.028,08)	(5.297.568,62)	1.656.103,24
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(49.082.179,03)	(15.595.304,12)	(64.677.483,15)	(64.693.205,97)
RESULTADO BRUTO	21.775.614,90	36.415.169,88	58.190.784,78	63.909.575,51
Despesas de Comercialização	(373.824,47)	(912.563,91)	(1.286.388,38)	(1.839.402,64)
Despesas Administrativas	(14.228.903,32)	(34.734.975,55)	(48.963.878,87)	(46.526.405,78)
Resultado Financeiro Líquido	(1.494.503,03)	(551.477,51)	(2.045.980,54)	(6.459.489,08)
Receitas Financeiras	1.082.987,32	5.454.804,79	6.537.792,11	8.652.537,53
Despesas Financeiras	(2.577.490,35)	(6.006.282,30)	(8.583.772,65)	(15.112.026,61)
Resultado Patrimonial	335.770,33	1.578.968,29	1.914.738,62	1.321.353,56
Receitas Patrimoniais	335.770,33	1.839.507,23	2.175.277,56	1.325.749,36
Despesas Patrimoniais	-	(260.538,94)	(260.538,94)	(4.395,80)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	6.014.154,41	1.795.121,20	7.809.275,61	10.405.631,57
Imposto de Renda	-	(1.048.631,90)	(1.048.631,90)	(2.179.024,97)
Contribuição Social	-	(433.733,13)	(433.733,13)	(774.500,96)
Participações sobre o Lucro	-	-	-	(28.013,17)
RESULTADO LÍQUIDO	6.014.154,41	312.756,17	6.326.910,58	7.424.092,47
DESTINAÇÃO DO RESULTADO:				
Fundo de Reserva (10% do A.C)	(601.415,44)	-	(601.415,44)	(95.400,63)
Fates (5% do A.C)	(300.707,72)	-	(300.707,72)	(47.700,32)
Fates Resultado Alto Não Cooperativo	-	(312.756,17)	(312.756,17)	(6.470.086,15)
Absorção Gastos c/ Assist.Tec., Educ. e Social pelo Fates	2.045.238,99	-	2.045.238,99	2.189.307,20
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O	7.157.270,24	-	7.157.270,24	3.000.212,57

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

SAVIO DE MORAES
 PRESIDENTE
 CPF-753.551.676-91

RONALDO FERNANDES DA SILVA
 CONTADOR
 CRC MG 082872/O-2

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVO REGIONAL DE TRABALHO LTDA

17.790.718/001-21
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
VALORES EXPRESSOS EM REAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE SOBRES/LUCROS				SOBRAS / PERDAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
	Subscrito	A Integralizar	Fundo de Reserva	FATES	Fundo Garantidor Margem Solvência	Outras Reservas		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	14.199.827,11	-404.211,98	7.820.661,33	23.840.222,02	0,00	154.432,04	4.190.774,78	49.801.705,30
Destinação das Sobras do Exercício de 2016					4.190.774,78		(4.190.774,78)	-
Aumento de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie								
Integralização do Capital	2.000.000,00	325.030,60						2.325.030,60
Por Devolução do Capital	(658.237,17)							(658.237,17)
Reversões de Reservas								
Utilização/Reversão do FATES				(2.189.307,20)			2.189.307,20	-
Sobras do Exercício								
Proposta da destinação do Lucro/Superávit								
Fundo de Reserva - 10%			95.400,63					95.400,63
FATES - 5%				47.700,32				47.700,32
FATES - Resultado Atos Não Cooperativos				6.470.086,15				6.470.086,15
Outras Reservas de Lucros								-
Dividendos / Juros Cap. Próprio / Lucros / Sobras a distribuir							810.905,37	810.905,37
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	15.541.589,94	(79.181,38)	7.916.061,96	28.168.701,29	4.190.774,78	154.432,04	3.000.212,57	58.892.591,20
Destinação das sobras do exercício de 2017					3.000.212,57		(3.000.212,57)	-
Aumento de Capital / Patrimônio Social com lucros e reservas e em espécie								
Integralização do Capital	15.478.500,00	-1.237.152,10						14.241.347,90
Por Devolução do Capital	-764.066,74							(764.066,74)
Reversões de Reservas								
Utilização/Reversão do FATES				(2.045.238,99)			2.045.238,99	-
Sobras do Exercício								
Proposta da destinação do Lucro/Superávit								
Fundo de Reserva - 10%			601.415,44					601.415,44
FATES - 5%				300.707,72				300.707,72
FATES - Resultado Atos Não Cooperativos				312.756,17				312.756,17
Outras Reservas de Lucros			154.432,04			(154.432,04)		-
Dividendos / Juros Cap. Próprio / Lucros / Sobras a distribuir							5.112.031,25	5.112.031,25
RS por cota								-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	30.256.023,29	(1.316.333,48)	8.671.909,44	26.736.926,19	7.190.987,35	-	7.157.270,24	78.696.782,94

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

SAYO DE MORAES
PRESIDENTE
CPF 753.551.676-91

RONALDO FERNANDES DA SILVA
CONTADOR
CRC MG 082872/O-2



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

UNIMED UBERLANDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA

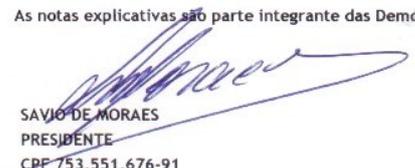
17.790.718/0001-21

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

CONTAS	2018			2017
	Ato Cooperativo	Não Cooperativo	TOTAL	TOTAL
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.014.154,41	312.756,17	6.326.910,58	7.424.092,47
(+/-) RESULTADOS ABRANGENTES	2.045.238,99	0,00	2.045.238,99	2.189.307,20
(+) Reversão de Reservas (Utilização FATES)	2.045.238,99	0,00	2.045.238,99	2.189.307,20
(=) TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.059.393,40	312.756,17	8.372.149,57	9.613.399,67
SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	8.059.393,40	312.756,17	8.372.149,57	9.613.399,67

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


SAVJO DE MORAES
PRESIDENTE
CPF 753.551.676-91


RONALDO FERNANDES DA SILVA
CONTADOR
CRC MG 082872/O-2

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA		
17.790.718/0001-21		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017		
VALORES EXPRESSOS EM REAIS		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO DIRETO	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	424.803.013,95	338.879.745,71
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	12.133.571,11	45.472.986,22
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2.609.399,29	4.373.386,79
(+) Outros Recebimentos Operacionais	110.602.249,03	79.594.217,31
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	-437.275.865,07	(355.248.657,40)
(-) Pagamento de Comissões	-1.286.388,38	(1.839.402,64)
(-) Pagamento de Pessoal	-23.145.959,19	(19.978.711,22)
(-) Pagamento de Pró-Labore	-1.725.160,60	(1.589.844,82)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	-4.786.043,06	(2.628.747,78)
(-) Pagamento de Tributos	-15.735.740,89	(12.439.257,46)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	-3.820.090,32	(2.192.021,89)
(-) Pagamento de Aluguel	-521.168,72	(255.611,41)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	-1.240.944,29	(1.846.812,71)
(-) Aplicações Financeiras	-32.220.214,74	(23.879.835,03)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-35.989.749,79	(34.544.918,37)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.599.091,67)	11.876.515,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-	-
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado - Outros	-	-
(+) Recebimento de Venda de Investimentos	-	-
(+) Recebimento de Dividendos	1.179.797,38	618.506,40
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(412.953,42)	(799.831,11)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(680.328,96)	(11.818.609,01)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(778.086,63)	(2.923.320,68)
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(1.569.088,37)	(848.832,26)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.260.660,00)	(15.772.086,66)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	14.210.097,85	2.352.119,64
(+) Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	-	4.000.000,00
(+) Títulos - Descontados	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	-
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(105.061,33)	(61.193,40)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(3.206.531,96)	(793.468,04)
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(732.816,71)	(685.326,21)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	10.165.687,85	4.812.131,99
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	305.936,18	916.560,63
CAIXA - Saldo Inicial	1.227.063,07	310.502,44
CAIXA - Saldo Final	1.532.999,25	1.227.063,07
Ativos Livres no Início do Período (*)	1.233.900,58	7.042.720,38
Ativos Livres no Final do Período (*)	17.745.880,48	1.233.900,58
Aumento / (DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO LIVRES	16.511.979,90	(5.808.819,80)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

SAVIO DE MORAES
 PRESIDENTE
 CPF 753.551.676-91

RONALDO FERNANDES DA SILVA
 CONTADOR
 CRC MG 082872/O-2



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

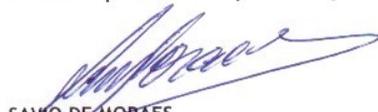
UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA

17.790.718/0001-21

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
VALORES EXPRESSOS EM REAIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC (MÉTODO INDIRETO)	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido	6.326.910,58	7.424.092,47
<u>Ajuste ao resultado</u>		
(+) Depreciação/Amortização	2.003.681,12	747.169,82
(-/+) Resultado Venda de Imobilizado	(175.400,30)	77,56
(-/+) Resultado Venda de Investimentos		
(-) Juros de Aplicações financeiras	(2.609.399,29)	(4.373.386,79)
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	(1.179.797,38)	(618.506,40)
Saldo Ajustado	4.365.994,73	3.179.446,66
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução Das Aplicações Financeiras	(17.477.244,34)	25.966.537,98
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(21.212.922,43)	(4.358.143,44)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	30.920.721,18	(17.254.455,54)
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Diferidas	-	-
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	1.254.034,12	(2.086.824,95)
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	(1.561.911,35)	(1.132.561,43)
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	22.623,84	121.602,53
(-) Aumento (+) Redução de Conta Corrente com Cooperados	408.585,33	(361.438,51)
(-) Aumento (+) Redução do Realizável a Longo Prazo	(2.621.571,97)	(1.667.338,74)
Passivo		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	14.278.156,73	(2.754.489,76)
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	1.061.171,94	(814.976,74)
(+) Aumento ou (-) Redução Débitos Oper. Assist. Saúde N. Relacion. Pl. Saúde da OPS	(16.277.464,42)	5.003.540,50
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	-	-
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(1.433.061,14)	5.374.584,69
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	(3.810.140,38)	4.527.337,80
(+) Aumento (-) Redução do Conta-Corrente de Cooperados	361.066,71	449.487,17
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	4.122.869,78	(2.315.792,92)
(+) Aumento (-) Redução das Provisões dos Débitos Diversos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.599.091,67)	11.876.515,30

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


SAVIO DE MORAES
PRESIDENTE
CPF 753.551.676-91


RONALDO FERNANDES DA SILVA
CONTADOR
CRC MG 082872/O-2



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA. – CNPJ: 17.790.718/0001-21 – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Unimed Uberlândia Cooperativa Regional de Trabalho Médicos Ltda.** – “Unimed Uberlândia” ou “Cooperativa” foi constituída em 15 de maio de 1971 com inscrição no CNPJ sob o nº 17.790.718/0001-21. É uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A Cooperativa conta com 971 médicos associados, 496 colaboradores e 102.549 mil beneficiários de planos de saúde. Possui ampla **rede de serviços credenciados** para a prestação de serviços na área da saúde, tais como: (11) hospitais; (113) clínicas; (10) laboratórios; (1) serviço de transporte aéreo médico; (1) serviço de atendimento médico domiciliar pré-hospitalar (UTI móveis); (1) cooperativa de serviços de anestesistas e (1) cooperativa de serviços de psicólogos. Além da rede credenciada, a cooperativa também possui os seguintes **serviços próprios**: (1) serviço de REABILITAÇÃO onde presta os serviços de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia; (1) serviço de atendimento ambulatorial – CIAS onde o foco é a atenção primária da saúde; (1) serviço de prevenção e promoção da saúde no ESPAÇO VIVER BEM; (1) serviço de saúde ocupacional – SOU, além de participar, via intercâmbio, da rede de atendimento do Complexo Empresarial Unimed. Sua área de ação abrange os municípios de Tupaciguara, Monte Alegre de Minas, Centralina, Prata, Indianópolis e Uberlândia, onde está localizada sua sede administrativa. Tem como missão promover a saúde com excelência, valorizando e fortalecendo o relacionamento com clientes, cooperados, colaboradores e parceiros, em busca da melhor qualidade de vida.

NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Cooperativa tem como atividades preponderantes: (i) a comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de valor determinado (pré-estabelecido) e por serviços prestados (pós-estabelecido), a serem atendidos pelos médicos associados e pela rede credenciada; (ii) serviços de medicina do trabalho no SOU (Saúde Ocupacional Unimed) onde são ofertados os produtos: PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais); (iii) atendimento fisioterapêutico nas áreas traumatológico-ortopédico-funcional, esportiva, neurofuncional e reumatologia (recursos próprios – Clínica de Fisioterapia Unimed Uberlândia); (iv) atendimento com terapia ocupacional e fonoaudiólogos no Centro de Especialidades Unimed – CEU; (v) atendimento ambulatorial com práticas integrativas e complementares em saúde humana, inclusive realização de exames no CIAS – Centro Integrado de Atenção à Saúde e (v) programas de prevenção e promoção da saúde com os seguintes produtos: programa de gerenciamento da atenção domiciliar - PGDA, programa de gerenciamento de casos especiais - PGCE, saúde integral, cursos para gestantes - saúde materna Unibaby, curso preparatório para cirurgias bariátricas, programa idoso bem cuidado, telemonitoramento para acompanhamento de casos crônicos (GDC), gestão de medicamentos quimioterápicos, quero mais saúde, dentre outros. A Cooperativa possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 38.457-7 e é certificada pela ISO 9001/2015 que certifica o seu Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ.

NOTA 03 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e as normas e os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo CPC e pelo CFC, Resoluções CFC nº ITG2004/2017, 2017/ITG2004 e 2016/NBCTSPEC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei das Sociedades Cooperativas – Lei nº 5.764/71, além de atender à legislação específica das operadoras de planos de saúde emitida pela Agência Nacional de Saúde - ANS, conforme o plano de contas estabelecido pela RN nº 290 de 27/02/2012, alterada pelas RN 390/2015, RN nº 418/2016 e RN 430/2017. A cooperativa também atendeu os quesitos da NBCT nº 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis compreendem: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Sobras e Perdas; Demonstração de Resultados Abrangentes; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/Patrimônio Social; Demonstração dos Fluxos de Caixa e são complementadas por notas explicativas, pelo Relatório da Administração e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício. A publicação está em conformidade com os modelos padronizados no Plano de Contas Padrão da ANS.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN nº 418/2016 e de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC nº 03, com a reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais (R\$) e a data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis, foi em 01 de março de 2019 considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, e foi dada pela Diretoria Executiva da cooperativa.

NOTA 04 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela cooperativa estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. A aplicação do regime de competência implica no reconhecimento das receitas, ingressos, custos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos nas contas bancos, contas depósitos e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

d) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2018 (líquidos do IRRF), seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes de Caixa.

e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, pois, não possuem caráter de financiamento em contrapartida a: (i) conta de resultado de "contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde", para os planos médico-hospitalares e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora", no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras operadoras de planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos – PPSC é apresentada



como redução das contas a receber e constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização das contas a receber. A Cooperativa constitui a provisão para perdas sobre créditos de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO da RN nº 430/2017, considerando de difícil realização os créditos:

- 1) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- 2) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada; e
- 3) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

f) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição.

g) Conta corrente com cooperados

Os valores de curto prazo, referem-se a crédito com os cooperados referente a adiantamentos realizados pela Cooperativa e que serão descontados de suas respectivas produções mensais futuras.

Nos créditos registrados com cooperados no longo prazo estão registradas as contrapartidas das obrigações legais escrituradas, conforme permitido pela IN nº 20 DIOPE/ANS e suas alterações os quais foram aprovados em assembleia dos cooperados e estão corrigidos pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

h) Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzida de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com alugueis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuráveis ao custo de aquisição conforme normas contábeis editadas pela ANS.

i) Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição, formação e construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui juros e encargos financeiros de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, as quais estão demonstradas em nota explicativa específica do imobilizado, com exceção dos terrenos que não sofrem depreciações.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido, sucateado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

j) Ativo intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para a implantação de sistemas corporativos e licenças de uso dos mesmos.



Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que o compõem. As amortizações foram calculadas pelo método linear a taxas que levam em conta a vida útil dos gastos, as quais estão demonstradas em nota explicativa específica.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

l) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas, atendendo as boas práticas contábeis, foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 393/2015 da ANS alterada pela RN 442/2018. São constituídas mensalmente as seguintes provisões técnicas: I - Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL, referente ao montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela OPS e II - Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados - PEONA, referente ao montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS. A PESL é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro. Entende-se por notificação da ocorrência da despesa assistencial, qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador de serviços de saúde e a OPS, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão direta ou indireta, que evidencie a realização de procedimento assistencial do beneficiário. A PEONA é calculada atuarialmente.

m) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

n) Direitos e obrigações

Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos.

o) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança, ou seja, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

p) Ativos e passivos contingentes



A Cooperativa avalia suas contingências ativas e passivas, de acordo com o pronunciamento técnico - CPC nº 25 que estabelece critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Provisões são reconhecidas quando a Unimed Uberlândia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Cooperativa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é conhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, que apesar de não ocorrido, dependa apenas dela; ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, e desde que seja possível determinar, com um mínimo de razoabilidade o momento do seu recebimento, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, quanto à natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Em suma, são registrados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais: são todas aquelas que derivem de um contrato (explícito ou implícito), de uma lei ou de um instrumento fundamentado em lei. São registradas como exigível independente da avaliação jurídica sobre as probabilidades de êxito.

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

q) Reconhecimento das contraprestações

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestação de serviço. As receitas com contraprestações efetivas provenientes das operações de planos privados de assistência à saúde são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos, ou seja, são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pró rata die temporis* do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado. Conforme requerido pela Resolução Normativa nº 418/2016, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, deve-se apurar a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas (PPCNG), em conta de passivo, relativa ao período de cobertura do risco a decorrer nos contratos de pré-pagamento. Posteriormente, o risco decorrido é apropriado na receita de prêmio ou contraprestação ganha de acordo com o regime de competência.

r) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são contabilizados na data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondente aos eventos ocorridos, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão. Nos casos em que o fato gerador



(atendimento ao beneficiário) do custo ocorre sem o conhecimento da Cooperativa, o reconhecimento do custo se dá com a constituição da provisão técnica denominada Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, nos moldes da regulação em vigor, a qual está devidamente constituída conforme Parecer Atuarial.

s) Precificação utilizada pela operadora para o critério de rateio da rede assistencial própria

Os critérios de rateio utilizados na rede assistencial própria que opera no mesmo CNPJ da operadora foi o seguinte: Não foi registrada qualquer despesa dos denominados recursos próprios como despesa administrativa, ainda que seja relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento. As despesas relacionadas aos meios próprios são registradas primeiramente no grupo 7 do plano de contas padrão da ANS e posteriormente reconhecidas como “Eventos Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde” quando beneficiários da operadora e “Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora” quando não referem-se a beneficiários da operadora, sendo que o critério de precificação para rateio dos custos segue as recomendações da ANS, ou seja, a precificação dos beneficiários e dos outros pacientes é efetuada pelo valor mais recorrente cobrada pela rede assistencial. A operadora mantém controle gerencial dos atendimentos aos seus beneficiários onde consta o CPF do beneficiário, o procedimento efetuado, o prestador que executou o serviço, a data e a precificação.

t) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Unimed Uberlândia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Unimed Uberlândia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos pela Cooperativa com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Cooperativa considera que caixa e equivalentes de caixa possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber de clientes representam valores a receber por conta dos faturamentos realizados de acordo com as condições contratuais e estão apresentados a valores de realização.

Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

u) Normas internacionais de contabilidade

A Cooperativa adota as normas internacionais de contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC n° 11 de seguros e da ICPC-10 do imobilizado do qual não foram aprovados pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS, portanto, não adotadas pelas operadoras de planos de saúde. As demais normas internacionais de contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da Cooperativa no que não contrariarem a RN n° 418/2016, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.



v) Adoção da RN 430/2017

A Unimed Uberlândia, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde.

As contabilizações ocorreram como a seguir:

1) Na **Unimed Uberlândia como prestadora**: Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento pela Unimed Uberlândia, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Indenizáveis" – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS. Também, conforme RN 430, as faturas emitidas são contabilizadas como "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" – Conta Contábil 311112 do Plano de Contas da ANS;

2) Na **Unimed Uberlândia como Origem**: Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da Unimed Uberlândia em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados, na conta redutora da receita "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" – Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

Os registros contábeis ocorreram parcialmente no exercício de 2018, a partir do último trimestre, e foram contabilizados conforme relatórios extraídos dos sistemas da operadora que registram as movimentações transacionadas entre as Unimed, relativos ao intercâmbio entre elas. Baseado nestes relatórios, considerando a complexidade interna para a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed Origem e Executora, registramos 100% (cem por cento) das operações de intercâmbio como habitual até que todas as Unimed disponibilizem suas movimentações de arquivos de Protocolo de Transações Unimed – PTU que identificam os beneficiários como habitual e eventual.

Abaixo apresentamos quadro demonstrativo da escrituração contábil dos lançamentos:

Período	Unimed Assumindo Risco (Prestadora)		Unimed Transferindo o Risco (Origem)	
	Movimento Conta 311112X66	Movimento Conta 411112X6X6	Movimento Conta 311711X11	Movimento Conta 311712X22
10/2018	21.843.518,13	20.190.170,45	2.572.770,59	73.337,89
11/2018	17.461.992,90	17.477.648,20	2.864.500,04	115.395,30
12/2018	21.965.218,57	20.492.548,74	2.575.766,87	90.655,04
TOTAL	61.270.729,60	58.160.367,39	8.013.037,50	279.388,23

Os saldos contábeis referentes a 31/12/2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017 por se tratar de norma nova concebida para aplicação prospectiva, ou seja, para ser aplicada a partir do exercício social de 2018 e, portanto, os saldos comparativos de 2017 não precisam ser reapresentados.

NOTA 05 – DISPONÍVEL

O disponível formado por caixa e equivalentes de caixa, mantido pela Unimed Uberlândia representa os recursos mantidos em conta caixa e corrente bancária.

DISPONÍVEL	2018	%	2017	%
Caixa	100.850,96	6,58	46.067,37	3,75
Banco Conta Depósitos	1.432.148,29	93,42	1.180.995,70	96,25
TOTAL	1.532.999,25	100,00	1.227.063,07	100,00



NOTA 06 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras encontram-se classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação e disponíveis para venda, sendo, portanto, apresentadas a valor justo com os ganhos reconhecidos no resultado do exercício. Os referidos títulos são, em sua totalidade, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, o que reduz significativamente o risco de realização.

As aplicações financeiras estão segregadas em aplicações garantidoras de provisões técnicas e aplicações livres e estão compostas por:

a) Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas:

Em atendimento à Resolução Normativa nº 393/2015, foram constituídos ativos garantidores através de aplicações garantidoras de provisões técnicas para lastro das provisões técnicas.

APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS	2018	%	2017	%
Caixa Econômica Federal [1]	12.182.492,10	27,38	11.578.589,46	28,51
Safra [1]	2.820.147,07	6,34	4.697.376,01	11,57
Santander [1]	14.232.959,36	31,99	13.542.474,77	33,35
Itaú [1]	7.552.515,27	16,98	7.183.549,68	17,69
Unicred [1]	0,00	0,00	3.605.518,98	8,88
Bancoob [1]	7.699.995,01	17,31	0,00	0,00
TOTAL	44.488.108,81	100,00	40.607.508,90	100,00

[1] São cotas de fundos de investimentos registradas como ativo garantidor e não podem ser resgatadas, alienadas ou de qualquer forma utilizadas em garantia de outras operações.

b) Aplicações Livres:

APLICAÇÕES LIVRES	2018	%	2017	%
Santander	8.732,75	0,05	6.837,51	100,00
Safra	13.035.366,29	80,40	0,00	0,00
Unicred	3.168.782,19	19,55	0,00	0,00
TOTAL	16.212.881,23	100	6.837,51	100,00

c) Total das Aplicações Financeiras:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2018	%	2017	%
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	44.488.108,81	73,29	40.607.508,90	99,98
Aplicações Livres	16.212.881,23	26,71	6.837,51	0,02
TOTAL	60.700.990,04	100,00	40.614.346,41	100,00

NOTA 07 – CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Registra os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar com planos de assistência à saúde da operadora, cuja realização deva ocorrer até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação. Contraprestações correspondem aos valores atribuídos aos clientes pela contratação de prestação de serviços de assistência à saúde.

A composição dos créditos de operações de assistência à saúde está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	14.927.647,09	11.690.623,21
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (b)	(4.772.827,64)	(16.616,60)
Total de contraprestação pecuniária	10.154.819,45	11.674.006,61
Participação dos Beneficiários em eventos indenizados (c)	2.306.562,06	2.665.870,82
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC) (b)	(121.985,25)	(343,13)
Total Participação dos Beneficiários em eventos indenizáveis	2.184.576,81	2.665.527,69
Operadoras de Planos de Assist. Médica - Hospitalar (d)	23.271.488,62	0,00
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC) (b)	(58.428,15)	0,00
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	23.213.060,47	0,00
TOTAL	35.552.456,73	14.339.534,30

(a) Contraprestação pecuniária a receber, refere-se a valores a receber de crédito com planos de saúde da cooperativa que se encontram pendentes de recebimento sendo os registros realizados pela data da emissão, observando o princípio da competência (vigência) na receita no mês da cobertura contratual;

(b) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - PPSC, representa a provisão para cobrir as perdas esperadas na cobrança das contas a receber;

(c) Participação dos beneficiários nos eventos indenizáveis, refere-se a valores de coparticipação cobrada de beneficiários do plano de saúde;

(d) Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras referentes as operações de plano de saúde.

A composição das contas contraprestações pecuniárias a receber e participação dos beneficiários em eventos indenizados são:

Descrição	Contraprestação Pecuniária a Receber		Participação dos Beneficiários		Operadoras de Planos de assistência a Saúde	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
A vencer:						
Até 30 dias	5.555.150,30	4.466.062,32	1.118.309,60	1.482.037,80	22.531.584,40	0,00
De 31 a 60 dias	3.734.200,09	3.286.735,68	502.137,63	601.939,86	0,00	0,00
De 61 a 90 dias	1.837,36	26.545,84	0,00	109.112,04	0,00	0,00
Acima de 90 dias	3.674,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencidas:						
Até 30 dias	1.130.589,24	2.650.286,00	554.720,13	291.996,83	294.635,13	0,00
De 31 a 60 dias	830.045,82	863.692,00	17.176,63	149.901,50	238.718,62	0,00
De 61 a 90 dias	701.753,18	397.301,37	23.220,36	30.882,79	166.999,06	0,00
De 91 a 120 dias	625.275,45	0,00	19.631,41	0,00	2.874,76	0,00
Acima de 120 dias	2.345.120,93	0,00	71.366,30	0,00	36.676,65	0,00
Total	14.927.647,09	11.690.623,21	2.306.562,06	2.665.870,82	23.271.488,62	0,00

A provisão para perdas sobre créditos foi apropriada para cobrir as perdas esperadas na cobrança das contas a receber. A movimentação da provisão apresentada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.285.256,10
(+) adições	321.871,74
(-) baixas	(1.590.168,11)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.959,73
(+) adições	5.375.065,01
(-) baixas	(438.783,70)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.953.241,04

NOTA 08 – CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Registra os créditos operacionais decorrentes da prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, não relacionados ao plano de saúde da operadora.

Créditos de Operações de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	2018	2017
Faturas SOU a receber	319.582,39	307.805,91
(-) PPSC Faturas SOU a receber	(39.294,59)	0,00
Total SOU (a)	280.287,80	307.805,91
Produtos Acessórios	61.406,23	0,00
(-)Ppsc Produtos Acessórios	(33.646,49)	0,00
Total Produtos Acessórios (b)	27.759,74	0,00
Intercâmbio eventual - Taxa de Administração	0,00	8.775.899,39
Intercâmbio eventual – Reembolso	0,00	22.145.063,42
(-) PPSC Intercâmbio eventual	0,00	0,00
Total Intercâmbio Eventual (c)	0,00	30.920.962,81
TOTAL	308.047,54	31.228.768,72

Os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora estão segregados da seguinte forma:

(a) serviços de medicina do trabalho realizados pelo SOU – Saúde Ocupacional Unimed;

(b) produtos acessórios oferecidos pela operadora (SOS Unimed, PEA – Benefício Família, Seguro de Vida e Garantia Funeral);

(c) os valores a receber referente a créditos com outras operadoras correspondentes a operações com plano de saúde, ou seja, atendimentos a beneficiários de outras operadoras – Intercâmbio Eventual. Em 2018 não houve movimentação nesta conta porque a Unimed Uberlândia, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme esclarecido na letra "v" da nota explicativa nº 04.

A composição das contas créditos operacionais de prestação de serviços de assistência à saúde são:




Descrição	2018				2017		
	SOU	Produtos Acessórios	Intercâmbio Eventual - Taxa de Administração	Intercâmbio Eventual - Reembolso	SOU	Intercâmbio Eventual - Taxa de Administração	Intercâmbio Eventual - Reembolso
A vencer:							
Até 30 dias	170.911,97	9.503,13	0,00	0,00	56.298,04	6.215.012,24	13.281.734,75
De 31 a 60 dias	0,00	9.306,79	0,00	0,00	154.797,29	2.560.887,15	6.954.776,51
De 61 a 90 dias	0,00	0,00	0,00	0,00	830,28	0,00	0,00
Vencidas:							
Até 30 dias	59.609,98	10.346,03	0,00	0,00	73.402,57	0,00	1.109.841,37
De 31 a 60 dias	58.100,15	6.514,05	0,00	0,00	11.037,58	0,00	404.068,62
De 61 a 90 dias	2.644,83	5.055,06	0,00	0,00	11.440,15	0,00	394.642,17
De 91 a 120 dias	1.987,86	4.436,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acima de 120 dias	26.327,60	16.245,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	319.582,39	61.406,23	0,00	0,00	307.805,91	8.775.899,39	22.145.063,42

A provisão para perdas sobre créditos foi apropriada para cobrir as perdas esperadas na cobrança das contas a receber. A movimentação da provisão apresentada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.409,71
(+) adições	8.557,08
(-) baixas	(189.966,79)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	0,00
(+) adições	72.944,61
(-) baixas	(3,53)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	72.941,08

NOTA 09 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Registra os valores dos créditos tributários gerados com retenção na fonte, restituição dos tributos recolhidos a maior e antecipações do devido no curso do ano-fiscal. O grupo de impostos a recuperar é composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.571.786,61	2.744.336,61
Imposto de Renda a Compensar/Restituir	759.796,66	337.304,77
Contribuição Social Retida na Fonte	376.263,70	375.101,49
Contribuição Social a Compensar/Restituir	0,00	7.139,28
Créditos de PIS e COFINS	2.689.362,83	2.776.552,09
Credito De Previdência Social	0,00	410.809,68
TOTAL	5.397.209,80	6.651.243,92

NOTA 10 – BENS E TÍTULOS A RECEBER

Registra os bens adquiridos para utilização da empresa em sua atividade:



DESCRIÇÃO	2018	2017
Estoque	1.933.810,83	519.303,40
Almoxarifado	32.127,07	48.918,41
Total do Estoque – Almoxarifado (a)	1.965.937,90	568.221,81
Cheques e Ordens a receber	237.046,79	176.400,15
Outros Títulos a Receber	639.831,63	102.409,66
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (f)	(72.963,74)	(40.772,27)
Total dos Títulos a Receber (b)	803.914,68	238.037,54
Aluguéis a receber (e)	48.344,98	12.965,48
Adiantamentos a Funcionários (c)	159.668,87	165.595,46
Adiantamentos Diversos (c)	2.128.795,60	1.804.853,61
Outros Créditos ou Bens a Receber (d)	1.318.481,93	1.813.742,78
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (f)	(1.305.815,60)	-1.045.999,67
Total de Outros Créditos a Receber	2.349.475,78	2.751.157,66
TOTAL	5.119.328,36	3.557.417,01

- a) Estoques e almoxarifado;
b) Títulos a receber referente a créditos, representados ou não por títulos emitidos pela empresa, junto a terceiros, cuja liquidação deva ocorrer dentro do prazo de 12 (doze) meses;
c) Os adiantamentos concedidos, para posterior acerto de contas; e
d) Outros créditos a receber cujos recebimentos incorridos no período, ainda não tenham sido efetuados;
e) Aluguéis de imóveis a receber;
f) Provisão Para Perdas Sobre Créditos.

NOTA 11 – DESPESAS ANTECIPADAS

Registra os gastos administrativos pagos antecipadamente.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Seguros Sobre Veículos	3.216,00	3.252,62
Assinaturas de Periódicos	1.802,90	201,21
Seguros Contra Incêndio	11.453,16	12.630,63
Uniformes Colaboradores	0,00	16.368,10
Seguro de Responsabilidade Cível	23.604,00	23.167,40
Sistema de Gestão SW	23.284,44	30.364,38
TOTAL	63.360,50	85.984,34

NOTA 12 – CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

Registra as operações ativas com o quadro social da cooperativa para descontos na folha de produção.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Debito Automático na Produção de Cooperados	1.129,16	409.714,49
TOTAL	1.129,16	409.714,49

NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Registra os depósitos judiciais para fazer frente às ações judiciais e fiscais, as quais foram efetuadas provisões no passivo exigível a longo prazo.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Depósito Judicial Ressarcimento ao SUS (a)	4.233.463,80	4.141.981,82
COFINS (b)	5.322.864,46	5.175.700,29
Taxa de Incêndio (c)	4.319,68	4.319,68
Conselho Administrativo Defesa Econômica - CADE (d)	136.936,99	132.377,74
Multas processo ANS (e)	3.446.023,68	2.806.541,87
Ações Consumeristas (f)	4.577.164,46	2.974.722,85
TOTAL	17.720.773,07	15.235.644,25

- a) Garantias de continuidade das discussões das ações referente contingências de ressarcimento ao SUS;
- b) COFINS Execução Fiscal – ação movida pela União Federal em curso perante a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG;
- c) Taxa pela Utilização Potencial do Serviço de Extinção de Incêndio no Estado de Minas Gerais;
- d) Multa administrativa aplicada pelo CADE devido ao movimento de Uni-militância, ou seja, prestação de serviços com exclusividade dentro de regime de cooperativas Unimed;
- e) Garantia da continuidade para as discussões de execução fiscal de multas da ANS conforme processos abaixo:

Ans Proc.N. 00084822620044025101	Ans Proc.N. 2138-84-2015.4.01.3803	Ans Proc.N. 5468-51.2015.4.01.3803
Ans Proc.N. 09156-59.2015.4.01.3803	Ans Proc.N. 2159-89.2017.4.01.3803	Ans Proc.N. 5692-56.2017.4.01.3803
Ans Proc.N. 1009-15-2013.4.01.3803	Ans Proc.N. 2626-68.2017.4013803	Ans Proc.N. 5693-41.2017.4.01.3803
Ans Proc.N. 10265-74.2016.4013803	Ans Proc.N. 2981-15.2016.4.01.3803	Ans Proc.N. 7031-50.2017.4.01.3803
Ans Proc.N. 11804-12.2015.4.01.3803	Ans Proc.N. 31544-87-2014.4.01.3803	Ans Proc.N. 7524-27.2017.4.01.3803
Ans Proc.N. 12784-22.2016.4013803	Ans Proc.N. 33992-33.2014.4.01.3803	Ans Proc.N. 7885-15.2015.4.01.3803
Ans Proc.N. 12786-89.2016.4013803	Ans Proc.N. 4461-04-2011.4.01.3803	Ans Proc.N. 9156-59.2015.4.01.3803
Ans Proc.N. 4861-76-2015.4.01.3803		

- f) Ações cíveis consumeristas, ou seja, que envolvem direitos do consumidor em relação aos seus respectivos contratos de planos de saúde.

NOTA 14 – CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

Registra o valor dos créditos a receber de cooperados pela responsabilidade assumida de pagamento das obrigações legais da sociedade cooperativa na forma da Instrução Normativa/DIOPE nº 20, de 20 de outubro de 2008, alterada pela Instrução Normativa/DIOPE nº 39, de 23 de fevereiro de 2010, ambas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Para fins de rateio e para individualizar os valores para os respectivos cooperados, adotou-se o critério de rateio com base na produção média dos últimos 5 (cinco) anos.

OBRIGAÇÃO LEGAL	ANO	2018	2017
Ressarcimento ao SUS	2002	172.451,35	169.054,58
Ressarcimento ao SUS	2003	1.142.282,24	1.118.611,69
Ressarcimento ao SUS	2004	178.884,93	174.936,49
Ressarcimento ao SUS	2005	159.675,75	155.975,29
Ressarcimento ao SUS	2006	2.677.495,15	2.612.093,28
Ressarcimento ao SUS	2007	1.458.087,51	1.421.762,45
TOTAL		5.788.876,93	5.652.433,78

Conforme disposto na IN nº 20/2008 e no ofício circular 005/2008/DIOPE, ambos emitidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, os cooperados assumiram a responsabilidade pelo pagamento das obrigações legais. Os valores correspondentes à conta corrente com cooperados são revisados mensalmente pela cooperativa, em conexão com as obrigações legais que lhes deram origem, com o objetivo de se reconhecer os efeitos decorrentes de atualizações monetárias e caducidades, dentre outros.

Foi elaborado pela cooperativa um plano para a realização do correspondente ativo, demonstrando a capacidade econômico-financeira da mesma para os próximos 15 anos, a partir de 2009, evidenciando o potencial de geração de riqueza (sobras) para os seus cooperados. As premissas e considerações se basearam em cenários prováveis em termos de mercado, regulamentação de autuação e outros. Conclui-se que a geração de resultado transformase na principal fonte de liquidação do recebível de cooperados.

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

Representa os imóveis de propriedade da empresa, não destinados ao uso próprio e as participações permanentes em outras empresas.

DESCRIÇÃO	2018	2017
IMÓVEIS DESTINADOS A RENDA	13.908.272,60	13.903.094,24
Imóveis em Monte Carmelo – MG	133.371,09	133.371,09
Imóveis em Mineiros – GO	12.000,00	12.000,00
Imóveis em Uberlândia – MG	13.762.901,51	13.757.723,15
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.077.938,58	8.496.245,75
Central Nacional Unimed	2.954.732,73	2.681.245,67
Federação Interfederativa	1.875.140,02	1.551.192,70
Unimed Participações	4.571.428,35	3.659.136,78
Unicred Uberlândia	603.041,79	533.839,08
Unimed Intrafederativa	3.000,00	3.000,00
Sicoob - Credicofrul	40.203,36	39.241,24
Creditril	30.241,37	28.590,28
Credicom	150,96	0,00
TOTAL	23.986.211,18	22.399.339,99

Conforme pronunciamento técnico nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a operadora efetuou análise da possibilidade de desvalorização dos ativos destinados a renda com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo, levando-se em consideração a metodologia do valor de mercado. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, sendo as depreciações calculadas pelo método linear, levando em conta a vida útil dos bens. Em 2018, a cooperativa efetuou a revisão anual da vida econômica dos bens com o objetivo de certificar que a depreciação registrada se encontra de acordo com a política de utilização de ativos adotada pela entidade.

a) Quadro resumo:




CONTAS CONTÁBEIS	Taxa de Depreciação (Média)	2018			2017
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual	Residual
Terrenos	0,00%	571.951,95	0,00	571.951,95	571.951,95
Edifícios	2,95%	2.584.859,41	(1.228.086,82)	1.356.772,59	1.175.862,47
Instalações	6,78%	131.741,33	(18.483,06)	113.258,27	117.726,89
Máquinas e Equipamentos	10,68%	1.585.811,83	(697.007,10)	888.804,73	824.185,78
Equip. de Informática	16,80%	2.552.597,41	(1.368.706,28)	1.183.891,13	867.391,02
Móveis e Utensílios	9,45%	825.324,88	(249.863,52)	575.461,36	376.171,80
Veículos	17,24%	240.201,87	(139.522,94)	100.678,93	119.494,42
Benf. em Imóveis Terceiros	3,58%	2.844.085,23	(314.413,33)	2.529.671,90	2.353.367,01
Outras Imobilizações	20,00%	607.141,72	(485.713,44)	121.428,28	373.854,11
TOTAL		11.543.715,63	(4.591.796,49)	7.441.919,14	6.780.005,45

b) Quadro resumo de movimentações:

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2018				
	Residual	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferência	Residual
Terrenos	571.951,95		0,00	0,00	0,00	571.951,95
Edifícios	1.175.862,47	200.325,54	(30.915,42)	0,00	11.500,00	1.356.772,59
Instalações	117.726,89	0,00	(4.468,62)	0,00	0,00	113.258,27
Máquinas e Equipamentos	824.185,78	201.035,98	(133.067,12)	(21.110,48)	17.760,57	888.804,73
Equip. de Informática	867.391,02	656.947,62	(295.256,30)	(45.762,21)	571,00	1.183.891,13
Móveis e Utensílios	376.171,80	236.597,56	(61.394,66)	(18.067,34)	42.154,00	575.461,36
Veículos	119.494,42	0,00	(17.175,49)	(1.640,00)	0,00	100.678,93
Benf. Imóveis Terceiros	2.353.367,01	12.722,90	(78.618,41)	0,00	242.200,40	2.529.671,90
Outras Imobilizações	373.854,11	183.188,50	(121.428,36)	0,00	-314.185,97	121.428,28
Total do Imobilizado	6.780.005,45	1.490.818,10	(742.324,38)	86.580,03	0,00	7.441.919,14

Existe penhora de parte dos bens móveis e imóveis conforme termos de arrolamento de bens e direitos junto à Secretaria da Receita Federal conforme processo nº. 2005.38.03.001541-4 (Ação de Execução Fiscal).

c) Recuperabilidade dos ativos – teste de impairment

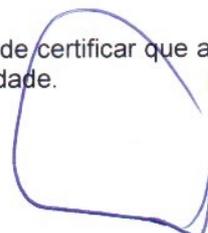
Conforme pronunciamento técnico nº 01 de Comitê de Pronunciamentos Contábeis a operadora efetuou análise da possibilidade de desvalorização dos ativos imobilizados com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo imobilizado, levando-se em consideração a metodologia da vida útil dos bens e valor justo. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

NOTA 17 – INTANGÍVEL

Registra os valores dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da operadora ou exercidos com essa finalidade. No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para a implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos.

Em 2018, a cooperativa efetuou a revisão anual da vida econômica dos bens com o objetivo de certificar que a amortização registrada está de acordo com a política de utilização de ativos adotada pela entidade.

a) Quadro resumo

Descrição	Taxa anual de Amortização	2018				2017
		Custo Corrigido	Amortização acumulada	Baixas	Valor Residual	Valor Residual
Projeto CRM (1)	20,00%	100.000,00	(100.000,00)	0,00	0,00	12.389,90
Projeto Senior (2)	20,00%	139.831,50	(118.858,05)	0,00	20.973,45	48.940,05
Sistema MV Soul (3)	20,00%	149.410,48	(132.471,28)	0,00	16.939,20	46.821,24
Projeto Dyad (4)	14,29%	8.671.209,90	(1.187.032,89)	0,00	7.484.177,01	7.894.561,27
Projeto Prophix (5)	20,00%	155.985,52	0,00	(155.985,52)	0,00	155.985,52
Total		9.216.437,40	(1.538.362,22)	(155.985,52)	7.522.089,66	8.158.697,98

- 1) Gastos utilizados para a implantação do sistema CRM de gestão comercial, que é responsável pelo controle e gerenciamento das pré e pós-vendas sendo integrado com o sistema de gestão CARDIO;
- 2) Gastos utilizados para implantação do sistema SENIOR de gestão de RH, que é o sistema de folha de pagamento, recrutamento, seleção, cargos entre outros;
- 3) Gastos utilizados para implantação do sistema MV Soul, que é o sistema de gestão em saúde utilizado para gerenciar todos os processos clínicos e assistenciais no CIAS.
- 4) Gastos utilizados para implantação do sistema Dyad, que é o responsável pelo gerenciamento dos fluxos de processos relacionados à gestão dos planos de assistência médico-hospitalar – em fase final de implantação;
- 5) Gastos utilizados para implantação do sistema Prophix, que seria o sistema orçamentário da cooperativa, cujo projeto foi descontinuado em 2018.

b) Quadro resumo de movimentações:

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2018			
	Residual	Aquisições	Amortização	Baixas	Residual
Projeto CARDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doctors Office	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projeto Pirâmide	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projeto CRM	12.389,90	0,00	(12.389,90)	0,00	0,00
Projeto Senior	48.940,05	0,00	(27.966,60)	0,00	20.973,45
Sistema MV Soulmv	46.821,24	0,00	(29.882,04)	0,00	16.939,20
Projeto Dyad	7.894.561,27	778.086,63	(1.187.296,56)	(1.174,33)	7.484.177,01
Projeto Prophix	155.985,52	0,00	0,00	(155.985,52)	0,00
Total do Intangível	8.158.697,98	778.086,63	(1.257.535,10)	(157.159,85)	7.522.089,66

c) Recuperabilidade dos ativos – teste de impairment

Conforme pronunciamento técnico nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis a operadora efetuou análise da possibilidade de desvalorização dos ativos intangíveis com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo intangível, levando-se em consideração a metodologia da vida útil dos bens e valor justo. Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

NOTA 18 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões constituídas pela Unimed Uberlândia apresentam as seguintes posições:



PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2018	2017
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (i)	6.707.606,96	11.837.922,26
Provisão de eventos a liquidar demais prestadores (ii)	35.586.500,11	20.066.364,97
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (iii)	16.765.954,52	12.877.617,63
Total de Provisões Técnicas	59.060.061,59	44.781.904,86

(i) Provisão de eventos a liquidar para o SUS:

Registram-se nessa conta todas as obrigações de curto prazo sem depósitos judiciais que envolvem os custos com assistência à saúde médico hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora, cobrados pela ANS mediante Aviso de Beneficiários Identificados - ABI para ressarcimento ao SUS. De acordo com a lei as operadoras de planos de saúde deverão realizar o ressarcimento ao SUS referente aos serviços de atendimento à saúde que são prestados em contratos e prestados aos seus beneficiários nas instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Débitos Pendentes (a)	3.951.944,97	8.364.452,46
ABIs x % histórico (b)	2.755.661,99	3.473.469,80
Total	6.707.606,96	11.837.922,26

a) Débitos pendentes: retrata o valor total cobrado e não pago pela operadora de plano de saúde, atualizado com multa e juros até a data de referência, bem como o saldo devedor atualizado de parcelamentos cancelados por inadimplência, valores não pagos de parcelamentos ainda não deferidos e valores não pagos inscritos em dívida ativa.

b) ABIs x percentual histórico: informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (% hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência.

(ii) Provisão de Eventos a Liquidar para outros prestadores:

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A legislação regulamentar determina a constituição da provisão, cujo registro contábil é realizado com base no conhecimento da ocorrência do evento por qualquer meio de comunicação entre o prestador de serviço de saúde e a Operadora de Plano de Saúde – OPS, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de transmissão direta ou indireta, que evidencie a realização de procedimento assistencial do beneficiário conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 418/2016, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos, pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

De acordo com a RN nº 392/15, alterada pela RN 419/2016, a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores, sendo opcional a vinculação para eventos que tenham sido avisados nos últimos 30 dias.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas, conforme identificado na nota explicativa 06 (seis).

Quadro demonstrativo dos valores:




Provisão de Eventos a liquidar	2018	2017
Rede Contratada / Credenciada	14.956.436,62	15.514.536,14
Rede Contratada / Credenciada – Corresponsabilidade Assumida	14.752.468,48	0,00
Cooperados	2.361.347,15	4.013.724,90
Cooperados – Corresponsabilidade Assumida	3.460.765,07	0,00
Intercâmbio c /Operadoras de Planos de Assistência a Saúde	0,00	442.674,90
Reembolso	55.482,79	95.429,03
TOTAL	35.586.500,11	20.066.364,99

(iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):

Representa os eventos ocorridos, porém, não avisados a operadora. Regulamentada pelo art. 8º da RN nº 393/2015 da ANS alterada pela RN 442/2018 da ANS, a operadora aprovou cálculo de metodologia própria para a provisão da PEONA, calculada por cálculo atuarial realizado pela equipe técnica atuarial da FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS UNIMEDS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A operadora tem registrado até 31 de dezembro de 2018 o montante de **R\$ 16.765.954,52** calculado mediante nota técnica atuarial aprovada pela ANS.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

Adicionalmente as operadoras estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pelas resoluções normativas da ANS (RN nº 209/2009 e RN nº 392/15,) e suas posteriores atualizações:

A) Patrimônio Mínimo Ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no anexo I da RN nº 209/2009 da ANS, pelo valor do capital base de R\$ 8.503.232,69, reajustado pelo IPCA em junho de cada ano.

O capital da operadora excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

B) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6 da RN nº 209 da ANS e suas posteriores alterações corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois, o maior. Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 pela RN nº 313 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2012 - 35%;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2014, 35% adicionado à proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em 31 de dezembro de 2014 - 41%;
- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022, 41% adicionados a proporção cumulativa mensal de 0,615%;
- E em dezembro de 2022 - 100% da Margem de Solvência.

Em 31/12/2018 a operadora apurou R\$ 95.097.590,39 de margem de solvência, sendo que 70,52% da margem de solvência representa R\$ 66.314.558,01, já reduzida em função do total dos gastos com programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças, portanto, em 31/12/2018 a operadora apresentava o patrimônio líquido suficiente de acordo com a constituição gradual da margem de solvência



prevista na RN nº 209/09 e RN nº 313/12 já que seu Patrimônio Líquido nesta data é de R\$ 78.696.782,94 e o Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos de R\$ 66.568.367,82.

NOTA 19 – DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

Registrar os valores a restituir de planos de assistência à saúde aos beneficiários; os valores recebidos antes da vigência dos respectivos contratos e as transações de operações de assistência médico-hospitalar realizada entre as operadoras de saúde em corresponsabilidade.

Descrição	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a restituir	963,63	12.560,48
Despesas de e comercialização sobre contraprestações pecuniárias	88.395,77	17.543,86
Intercambio A Pagar De Corresponsabilidade Transferida Preço Pré-estabelecido (1)	1.203.951,99	0,00
Outros Débitos Operações com planos assistência à saúde	105.618,71	307.653,82
TOTAL	1.398.930,10	337.758,16

(1) Conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, a cooperativa adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme esclarecido na na letra "w" da nota explicativa nº 04.

NOTA 20 – DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADAS A PLANO SAÚDE

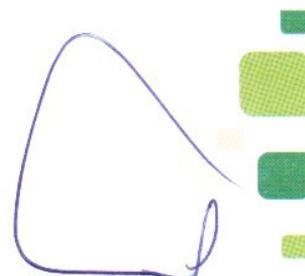
Registrar os débitos operacionais de assistência à saúde **NÃO** relacionados com planos de saúde da operadora, com base em documentos comprobatórios e controles gerenciais auxiliares, que permitam, de forma analítica, validar os lançamentos efetuados e, quando necessário, o ajuste a valor presente de acordo com a legislação em vigor:

Descrição	2018	2017
Intercâmbio a Pagar Não Relacionados Plano Saúde OPS (1)	0,00	15.999.560,03
Outros Débitos Não Relacionados a Plano Saúde OPS	0,00	277.904,39
TOTAL	0,00	16.277.464,42

(1) Em 2018 não houve movimentação nesta conta porque a Unimed Uberlândia, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde, conforme esclarecido na na letra "v" da nota explicativa nº 04.

NOTA 21– TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Essa conta é composta por:

DESCRIÇÃO	2018	2017
Tributos e contribuições	2.402.088,78	3.211.320,37
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	1.151.898,70	2.179.024,97
(-) Antecipação de IRPJ	(698.608,07)	(1.723.506,10)
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	598.095,23	774.500,96
(-) Antecipação de CSLL	(340.973,38)	(610.138,86)
Imposto sobre serviços – ISS	193.991,77	177.028,89
Contribuições Previdenciárias	582.906,72	580.452,88
FGTS a recolher	187.914,72	181.527,85
COFINS e PIS/PASEP	726.863,09	1.652.429,78
Retenções de impostos e contribuições	3.504.546,38	4.128.375,94
Impostos sobre serviços – ISS retido na fonte	14.487,44	16.317,04
PIS/COFINS/CSLL lei n. 10.833	552.879,01	484.701,41
Imposto de renda retido na fonte	2.393.114,73	3.141.540,07
INSS retenção na fonte lei n. 10.666	544.065,20	485.817,42
TOTAL	5.906.635,16	7.339.696,31

NOTA 22 – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Empréstimo adquirido em 20 de outubro de 2017 no montante de R\$ 4.000.000,00 parcelado em 10 vezes junto à instituição financeira Banco Safra para equilíbrio do fluxo de caixa da Cooperativa.

PARCELA	VENCIMENTO	PARCELA (R\$)	AMORTIZAÇÃO	JUROS PAGOS	TOTAL PAGO	SALDO EM 31/12/2018
Parcela 01	21/11/2017	395.951,26	395.951,26	31.721,24	427.672,50	0,00
Parcela 02	20/12/2017	397.516,78	397.516,78	29.472,16	426.988,94	0,00
Parcela 03	22/01/2018	397.429,35	397.429,35	24.944,63	422.373,98	0,00
Parcela 04	20/02/2018	399.052,86	399.052,86	19.278,93	418.331,79	0,00
Parcela 05	20/03/2018	399.984,69	399.984,69	16.847,55	416.832,24	0,00
Parcela 06	20/04/2018	400.328,70	400.328,70	15.111,51	415.440,21	0,00
Parcela 07	21/05/2018	401.155,66	401.155,66	11.274,57	412.430,23	0,00
Parcela 08	20/06/2018	402.064,94	402.064,94	8.683,03	410.747,97	0,00
Parcela 09	20/07/2018	402.868,67	402.868,67	5.994,07	408.862,74	0,00
Parcela 10	20/08/2018	403.647,09	403.647,09	2.927,04	406.574,13	0,00
TOTAL		4.000.000,00	4.000.000,00	166.254,73	4.166.254,73	0,00

NOTA 23 – DÉBITOS DIVERSOS

São débitos operacionais não reportados em conta específica referente a despesas e obrigações da cooperativa, no curto prazo, cujos pagamentos ainda não tenham sido efetuados.




DESCRIÇÃO	2018	2017
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	2.806.458,43	2.504.824,96
Salários a pagar	0,00	1.603,18
Provisão de Férias	2.065.701,11	1.839.609,67
Provisão INSS de Férias	553.190,63	493.986,12
Provisão FGTS de Férias	165.253,66	147.166,45
Provisão PIS de Férias	20.656,91	18.396,04
13 salários a pagar	0,00	135,02
Rescisões a pagar	1.656,12	3.928,48
FORNECEDORES	2.443.547,14	5.795.934,70
DEPOSITOS DE BENEFICIÁRIOS E DE TERCEIROS	70.239,34	697.188,48
Depósitos Beneficiários Planos Assist. Saúde	70.239,34	697.188,48
OUTROS DÉBITOS A PAGAR	56.573,67	294.072,16
TOTAL	5.376.818,58	9.292.020,30

NOTA 24 – CONTA-CORRENTE DE COOPERADOS

Registrar as operações passivas com o quadro social da cooperativa e que não está relacionado à produção dos cooperados.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Capital a restituir	1.485.893,85	1.124.827,14
TOTAL	1.485.893,85	1.124.827,14

NOTA 25 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

A) PROVISÕES

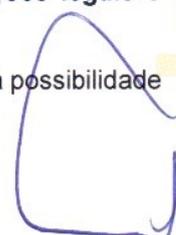
Registra, por competência, a existência de contingências tributárias, trabalhistas, cíveis e outras, vencíveis após o término do 12º mês subsequente, na forma da legislação vigente. São efetuadas com o objetivo de apropriar no resultado de um período de apuração, segundo o regime de competência, custos ou despesas que provavelmente ou certamente ocorrerão no futuro.

DESCRIÇÃO	2017	Adições	Baixas	2018
Provisão de eventos a liquidar para o SUS (I)	0,00	4.355.022,05	0,00	4.355.022,05
Cofins (II)	6.034.788,12	119.767,59	0,00	6.154.555,71
Taxa de Incêndio	4.319,68	0,00	0,00	4.319,68
Processo Cível/Comercial (III)	9.048.291,56	8.627.683,63	(8.979.603,49)	8.696.371,70
TOTAL	15.087.399,36	13.102.473,27	(8.979.603,49)	19.210.269,14

Como parte normal do processo de encerramento das demonstrações contábeis, as entidades são requeridas a efetuar análise da situação das questões tributárias em aberto na data das demonstrações contábeis. Diante disso, cumprindo com as determinações estabelecidas no CPC nº 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a cooperativa adotou o seguinte procedimento: solicitou parecer jurídico contendo informações sobre a posição ou eventuais desfechos ou novas questões surgidas sobre ações que envolvem as áreas tributária, trabalhista, cível e/ou comercial ou outras que a cooperativa esteja discutindo judicial ou administrativamente e que podem configurar-se em contingências; classificando-as em **obrigações legais e contingências passivas**.

No referido parecer foi solicitado, em relação às **contingências passivas**, um prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, classificando-as como provável, possível ou remota.

I) PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS

Registram-se nessa conta todas as obrigações de longo prazo com depósitos judiciais que envolvem os custos com assistência à saúde médico hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora, cobrados pela ANS mediante Aviso de Beneficiários Identificados - ABI para ressarcimento ao SUS. De acordo com a lei as operadoras de planos de saúde deverão realizar o ressarcimento ao SUS referente aos serviços de atendimento à saúde que são prestados em contratos e prestados aos seus beneficiários nas instituições públicas ou privadas, conveniadas ou contratadas, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS.

II) COFINS

A cooperativa sofreu autuações por parte da Delegacia Regional da Receita Federal, em relação à insuficiência de recolhimentos de COFINS. Trata-se de uma Execução Fiscal do COFINS movida pela União Federal que se encontra em curso perante a 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.

A cooperativa para continuar com o processo judicial da COFINS em execução fiscal efetuou depósito judicial na Caixa Econômica Federal - CEF no valor de R\$ 5.322.864,46, classificado no Ativo Realizável a Longo Prazo no título "Depósitos Judiciais e Fiscais". Também foram penhorados parte dos bens imóveis e móveis de propriedade da cooperativa conforme processo autos de nº. 2005.38.03.001541-4.

A cooperativa entende que as obrigações legais correspondentes à COFINS devem ser apuradas com base na legislação vigente, diante disso, a administração considera o conceito de faturamento conforme definido pelo § 1º do art. 3º da Lei nº. 9.718/98 e Lei nº 11.941/09, ou seja, os valores relativos ao faturamento, decorrente da venda de bens e serviços. Além disso, para fins de determinação da base de cálculo das contribuições para a COFINS, excluiu-se do faturamento bruto conforme § 2º do art. 3º da Lei nº. 9.718/98 os seguintes itens: as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente. Também, com relação às receitas de vendas de medicamentos, na filial Farmácia Unimed existente na época, observamos o que determina art. 2º da Lei nº. 10.147, de 21 de dezembro de 2000 que estabelece redução zero para as alíquotas de contribuição da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda dos produtos tributados na forma do inciso I do art. 1º, pelas pessoas jurídicas não enquadradas na condição de industrial ou de importador. Ainda, observamos o que determina o § 9º do art. 3º da Lei nº. 9.718/98, incluído pela Medida Provisória nº. 2.158-35/2001, **especialmente, levando em consideração a interpretação dada pela Lei 12.873 de 24/10/2013**, que autoriza as operadoras de planos de saúde a procederem algumas exclusões da base de cálculo da COFINS, quais sejam: as responsabilidades cedidas; a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas; e o valor referente às **indenizações correspondentes aos eventos ocorridos, efetivamente pago, deduzido das importâncias recebidas a título de transferência de responsabilidades**. Também a cooperativa fundamentada na RN 390/2015, especificamente, no item 06 (seis) do manual contábil que trata das **operações de intercâmbio eventual** onde é definido o conceito de Intercâmbio Eventual e afirma que essa operação não caracteriza receita ou despesa para a operadora que efetua o atendimento em relação ao valor que será ressarcido pela operadora que detém o risco sendo, portanto, registradas como reembolsos, passou, a partir da competência 07/2016, a não computar na base de cálculo da COFINS para os valores registrados contabilmente como reembolsos. A prática adotada de não incluir os reembolsos na base de cálculo do PIS/COFINS também está fundamentada no novo posicionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre a temática que diz: "OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE (OPS). RESULTADO DE INTERCÂMBIO EVENTUAL. VALORES QUE NÃO TRANSITAM PELAS CONTAS DE RESULTADO. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE. Os valores recebidos e pagos pelas OPS a título de intercâmbio eventual não transitam pelas contas de resultado, porque representam, respectivamente, recebimento de direito de outras OPS congêneres e pagamento de obrigações a outras OPS congêneres, logo, o resultado obtido a título de intercâmbio eventual não integra a base de cálculo da COFINS, por não representar receita nem despesa" (Processo nº 16539.720010/201350 – Recurso Voluntário – Acórdão nº 3302003.135 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária). Por fim, por se tratar de cooperativa, por disposição do inciso VI do art. 10º da Lei nº. 10.833/2003 a qual conservou a forma de apuração da COFINS, no regime de incidência cumulativa aplica-se sobre a base de cálculo da COFINS, a alíquota de três por cento (3%) até janeiro de 2014 e a partir de fevereiro de 2014 passou a alíquota de quatro por cento (4%) de acordo com a Lei 12.873/2013. Também devem ser deduzidos os valores das contribuições da COFINS já recolhido no período. Apurado os valores devidos da COFINS, de acordo com a metodologia de cálculo supracitado, adicionaram-se os acréscimos legais correspondentes às multas e juros de mora.



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

O valor das atuações da Receita Federal do Brasil – RFB, para o período de 2001 a 2003 referente a COFINS atualizados até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 12.188.198,60, sendo que do total R\$ 6.033.642,89 trata-se de contingências passivas que de acordo com parecer jurídico foram classificadas como remotas e, portanto, não há provisionamento. A diferença R\$ 6.154.555,71 refere-se a obrigações legais que estão contingenciadas.

Em 31/12/2018 a cooperativa tem constituído provisão para fazer frente à contingência tributária COFINS o montante de R\$ 6.154.555,71.

Em 10/05/2012 a Receita Federal deu início a nova ação fiscal referente ao PIS e a COFINS do exercício social de 2009 onde também desconsiderou a base de cálculo adequada aplicável às cooperativas operadoras de planos de saúde, conforme detalhado acima. No primeiro Mandado de Procedimento Fiscal – MPF enviado pela Receita Federal foi gerado uma autuação fiscal no montante de R\$581.734,56 que foi paga em 24/10/2013, cujo cálculo foi realizado com base de cálculo adequada às cooperativas operadoras de planos de saúde, porém, logo em seguida, no dia 10/04/2013, a RFB expediu MPF complementar com base de cálculo inadequada no montante de R\$ 5.951.535,42 cujo montante atualizado em 31/12/2018 é de R\$ 7.592.772,07 alegando que o primeiro MPF foi apurado incorretamente. O MPF complementar com a base cálculo inadequada foi impugnado, conforme recomendado pela assessoria jurídica da operadora. Até o presente não houve desfecho desta autuação, porém, com o advento em 24/10/2013 da Lei nº 12.873/13 a qual interpretou o conceito de indenizações correspondentes aos eventos, onde restou claro que é permitida a dedução dos custos assistenciais de beneficiários da própria operadora e os beneficiários de outra operadora atendidos a título de transferência de responsabilidade assumida, fato não observado pela Receita Federal no MPF, fortalece a avaliação jurídica de que esta autuação se trata de uma contingência passiva de natureza remota e, portanto, a operadora não precisa constituir provisão para esta notificação, sendo necessária monitorar o andamento do processo administrativo.

Corroborando com este entendimento da operadora o recente posicionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS no processo nº 33910.020526/2018-30 (Nota técnica nº 4/2019/COPAEF/GEAES/GGAER/-DIRAD-DIOPE/DIOPE) onde a ANS se posiciona da seguinte forma: **“diante do exposto, entende-se que a Unimed Uberlândia apresentou fatos específicos que suportam seu julgamento de tratar a contingência tributária relativa ao COFINS como probabilidade remota”, “fato que torna inexigível a contabilização integral da dívida cobrada”.**

III) PROVISÃO PARA PROCESSOS CÍVEIS E COMERCIAIS

As provisões para processos cíveis e comerciais foram constituídas com base em parecer dos assessores Jurídicos que consideram os valores suficientes para suportar possíveis perdas de contingências. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As ações cíveis que envolvem a cooperativa, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda, estão demonstradas na nota explicativa nº 26. Em 31/12/2018 a cooperativa tem constituído provisão para fazer frente às contingências cíveis e comerciais, classificadas como provável, o montante de R\$ 8.696.371,70.

NOTA 26 – CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E/OU COMERCIAIS

O quadro abaixo demonstra o montante de contingências cíveis e/ou comerciais apuradas até 31/12/2018 conforme parecer da assessoria jurídica, classificadas como **provável** e, portanto, provisionadas contabilmente conforme resolução CFC nº 1.066/2005.

AÇÕES	QUANTIDADE	R\$
Ações Consumeristas (1)	241	7.566.170,30
ANS/NURAF (2)	10	765.105,06
Ação Cível Pública (1)	54	365.096,34
TOTAL	305	8.696.371,70

ANS - nº 384577

- (1) Basicamente são questões que envolvem coberturas contratuais, como: carência; cancelamentos de contratos; exclusão de cobertura, doenças preexistentes, dano moral e material, etc.;
- (2) ANS-NURAF – Alegação de produtos em não conformidade com Lei nº 9.656/98 e alegação de bloqueio de atendimento consulta em PA.

2016	8.497.725,42
Adições	4.447.739,15
Exclusões	(3.897.173,01)
2017	9.048.291,56
Adições	8.627.683,63
Exclusões	(8.979.603,49)
2018	8.696.371,70

Abaixo detalhamos a composição por natureza das contingências:

Natureza das Contingências Possíveis	Quantidade	Valor Total (R\$)
Carência	39	455.775,12
OPME	2	115.868,80
Fora do rol ANS	128	1.315.919,74
Medicamento de uso domiciliar	8	51.000,00
Cobertura de eventos psiquiátricos	1	13.000,00
Home Care	9	116.000,00
Reajuste por variação de faixa etária	3	1.012.900,00
Reajuste anual em planos individuais	3	249.958,18
Reajuste em planos coletivos	1	2.198.609,74
Cancelamento de contrato	23	123.757,50
Inclusão de titular ou dependente	1	5.000,00
Processo de Atendimento	2	229.248,86
Reembolso	11	333.591,14
Insuficiência de Rede	28	965.455,57
Diretriz de Utilização	4	46.471,68
Remoção	1	5.000,00
CPT - Cobertura parcial temporária	7	51.257,48
Limite Procedimento em Plano Não Regulamentado	2	138.898,56
Exclusão Procedimento em Plano Não Regulamentado	2	153.473,02
Negativa Intercâmbio	3	40.500,00
Reclamatória trabalhista	1	22.571,71
Materiais não nacionalizados	5	330.724,13
Fora rede credenciada	7	153.667,92
Tratamento Experimental	1	10.000,00
Rescisão/Inadimplemento	1	3.325,89
Outros	6	204.036,66
Cobrança Indevida	1	7.400,00
Garantia de Atendimento (RN 259)	5	342.960,00
Total Geral	305	8.696.371,70

Também, conforme avaliações jurídicas existem contingências cíveis e/ou comerciais apuradas até 31/12/2018 classificadas como **possível** e, portanto, são divulgadas nesta nota explicativa conforme resolução CFC nº 1.066/2005.

AÇÕES	QUANTIDADE	R\$
Ações Consumeristas (1)	212	5.797.286,54
ANS/NURAF (2)	16	1.020.960,00
Ação Cível Pública (1)	49	647.459,51
TOTAL	276	7.465.706,05

- (1) Basicamente são questões que envolvem coberturas contratuais, como: carência; cancelamentos de contratos; exclusão de cobertura, doenças preexistentes, dano moral e material, etc.;
- (2) ANS-NURAF – Alegação de produtos em não conformidade com Lei nº 9.656/98 e alegação de bloqueio de atendimento consulta em PA.

Abaixo detalhamos a composição por natureza das contingências:

Natureza das Contingências Possíveis	Quantidade	Valor Total (R\$)
Carência	16	582.491,75
Pré-existência	2	79.400,00
OPME	3	113.000,00
Fora do rol ANS	67	1.545.003,55
Medicamento de uso domiciliar	4	55.000,00
Cobertura de eventos psiquiátricos	2	18.000,00
Home Care	7	97.523,40
Reajuste por variação de faixa etária	6	251.900,00
Reajuste anual em planos individuais	1	1.000,00
Reajuste em planos coletivos	6	62.546,84
Cancelamento de contrato	37	436.994,05
Inclusão de titular ou dependente	4	97.011,00
Processo de Atendimento	11	511.610,00
Reembolso	14	852.183,98
Insuficiência de Rede	15	588.992,50
Diretriz de Utilização	13	227.398,40
Remoção	1	30.000,00
CPT - Cobertura parcial temporária	5	20.000,00
Limite Procedimento em Plano Não Regulamentado	2	10.500,00
Exclusão Procedimento em Plano Não Regulamentado	3	85.500,00
Negativa Intercâmbio	4	17.550,00
Reclamatória trabalhista	4	116.287,52
Materiais não nacionalizados	2	13.000,00
Fora rede credenciada	9	380.762,69
Tratamento Experimental	1	500,00
Fora área de cobertura	1	132.954,89
Rescisão/Inadimplemento	3	34.988,00
Outros	9	163.677,48
Cobrança Indevida	14	473.930,00
Garantia de Atendimento (RN 259)	9	465.000,00
Contrato Custo Operacional	1	1.000,00
Total Geral	276	7.465.706,05

Quanto às expectativas de desembolsos futuros não é possível informar com suficiente segurança o prazo para desembolso financeiro das contingências cíveis e/ou comerciais.

NOTA 27 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

A) CAPITAL SOCIAL

Representa o investimento efetuado pelos cooperados quando do seu ingresso no quadro de associados

DESCRIÇÃO	2018	2017
Capital Social	30.256.023,20	15.541.589,94
(-) Capital a Integralizar	(1.316.333,48)	(79.181,38)
Número de Associados	971	961
Valor Atual da Cota Parte	90.0000	50.000,00

B) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

- I) FATES: Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.
- II) FUNDO DE RESERVA: Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no balanço anual.
- III) OUTRAS RESERVAS: É composta pelos seguintes itens:
 - a) Corresponde a reserva de correção monetária do capital constituída na época da sistemática de correção monetária de balanço, que vigorou até 31/12/1995, cujo montante é de R\$ 154.432,04. Esta reserva foi constituída em observação às regras de correção monetária, por se tratar da correção do capital seu registro foi realizado em conta à parte daquela que registra o capital social. Em 2018, a cooperativa aprovou na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2018 a transferência do montante de R\$ 154.432,04 de Outras Reservas de Lucros/Sobras/retenção de superávits para o fundo de reserva da cooperativa.

IV) QUADRO DE COMPOSIÇÃO DAS RESERVAS

Descrição	2018	2017
Fundo de reserva	8.671.909,44	7.916.061,96
Fates	26.736.926,19	28.168.701,29
Fundo Garantidor de margem de solvência	7.190.987,35	4.190.774,78
Outras Reservas	0,00	154.432,04
Total	42.599.822,98	40.429.970,07

NOTA 28 – APURAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos visa atender o artigo nº. 87 da lei nº. 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta FATES, permitindo ainda a apuração da contribuição social e do imposto de renda.




ANS - nº 384577

Descrição	Atos Cooperativos	Atos não Cooperativos	Total
Ingressos e receitas	184.753.040,37	324.582.424,65	509.335.465,02
(-) Dispendios, custos e Despesas	(178.738.885,96)	(322.787.303,45)	(501.526.189,41)
(=) Resultado Líq. antes IRPJ e CSLL	6.014.154,41	1.795.121,20	7.809.275,61

Os critérios de proporcionalidade e segregação dos atos cooperativos e não cooperativos são os seguintes:

- Sobre os ingressos e receitas de contraprestações emitidas de assistência médico-hospitalar: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos sobre os eventos indenizáveis líquidos, nas respectivas modalidades preestabelecidas e pós-estabelecidos, sendo o resultado desta equação aplicado às receitas de contraprestações emitidas de assistência médico-hospitalar;
- Para os demais ingressos e receitas indiretas a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos é calculada com base no percentual dos eventos indenizáveis líquidos (grupo 4.1), exceto para aqueles ingressos e receitas indiretas que são alocadas diretamente aos atos cooperativos ou não cooperativos;
- Para os dispêndios, despesas e custos indiretos: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos atos cooperativos e não cooperativos sobre a totalidade dos ingressos e receitas da cooperativa, sendo o resultado desta equação aplicado aos dispêndios, despesas e custos indiretos, exceto para aqueles ingressos e receitas indiretas que são alocadas diretamente aos atos cooperativos ou não cooperativos;

Alguns ingressos, receitas, dispêndios, custos e despesas foram alocados aos atos cooperativos e não cooperativos adotando-se critérios diferenciados, destacamos os principais itens abaixo:

- As operações de prestação de serviços realizadas entre as cooperativas UNIMEDS foram alocadas diretamente nos respectivos atos mediante identificação dos respectivos serviços;
- As receitas de aplicações financeiras foram alocadas como ato não cooperativo;
- Os ingressos, receitas, dispêndios, custos e despesas relativos a serviços prestados de medicina do trabalho são alocados aos atos cooperativos e não cooperativos mediante identificação dos respectivos prestadores de serviços, se cooperados, atos cooperativos, se terceiros, atos não cooperativos;
- As receitas de aluguéis foram alocadas como ato não cooperativo.

NOTA 29 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social foi considerado o resultado dos atos não cooperativos, incluídos os atos praticados entre a cooperativa e os prestadores de serviços credenciados (laboratórios, clínicas e hospitais). As receitas de aplicações financeiras são considerados integralmente como atos não cooperativos. As despesas de provisões para contingências passivas e as provisões para perdas sobre créditos foram consideradas não dedutíveis.

PROVISÕES PARA IRPJ E CSLL	2018	2017
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	7.809.275,61	10.377.618,40
(+) Adições	4.656.647,63	1.303.368,30
(-) Exclusões	(7.646.666,29)	(3.075.420,44)
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	4.819.256,95	8.605.566,26
(-) Compensação dos prejuízos fiscais	0,00	0,00
Base de Cálculo depois da compensação do prejuízo fiscal	4.819.256,95	8.605.566,26
IRPJ – 15% (+) (10% o que for superior a R\$ 240.000,00) (-) PAT	1.151.898,70	2.179.024,97
4% Valor devido		
CSLL – 9%	433.733,13	774.500,96

Os critérios de apuração dos atos cooperativos e não cooperativos estão descritos na nota explicativa nº 28.

NOTA 30 – FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.326.910,58	7.424.092,47
(+) Resultado dos Atos Cooperativos Antes Participações	6.014.154,41	961.967,66
(-) Participação no Resultado - Atos Cooperativos	0,00	(7.961,34)
(=) Total Resultado dos Atos Cooperativos	6.014.154,41	954.006,32
(+) Resultado dos Atos Não Cooperativos Antes Participações	312.756,17	6.490.137,98
(-) Participação no Resultado - Atos Não Cooperativos	0,00	(20.051,83)
(=) Total Resultado dos Atos Não Cooperativos	312.756,17	6.470.086,15
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS:	(1.214.879,33)	(6.613.187,10)
(-) Reserva Legal (10%)	(601.415,44)	(95.400,63)
(-) FATES (5%)	(300.707,72)	(47.700,32)
(-) Resultado Positivo Atos Não Cooperativos	(312.756,17)	(6.470.086,15)
ABSORÇÃO GASTOS C/ ASSIST. EDUC. E SOCIAL FATES	2.045.238,99	2.189.307,20
SOBRAS / PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	7.157.270,24	3.000.212,57

NOTA 31 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir: **(a) Eventos indenizáveis junto aos cooperados:** referidas transações são realizadas nas mesmas condições, tomando como base os valores e condições praticadas nas tabelas da Associação Médica Brasileira, além também de não haver diferenças nos prazos de pagamentos e processos internos; **(b) Remuneração paga aos diretores e membros dos conselhos fiscais, ética e consultivo:** nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para os diretores e membros dos conselhos fiscais, ética e consultiva. No exercício de 2018 a remuneração anual dos diretores totalizou R\$ 1.356.920,26. As cédulas de presença dos conselhos fiscal, ética e consultivo por dia trabalhado dedicado a cooperativa totalizaram no exercício de 2018 o valor de R\$ 337.099,80.

NOTA 32 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Despesas com pessoal próprio (i)	27.327.398,21	25.076.763,61
Despesas com serviços de terceiros (ii)	3.957.502,88	2.794.983,66
Despesas com localização e funcionamento (iii)	12.334.265,84	10.553.208,79
Despesas com publicidade e propaganda	1.231.195,29	1.846.812,71
Despesas com tributos	70.235,26	181.242,52
Despesas com multas administrativas – ANS	(612.640,75)	2.620.601,64
Despesas administrativas diversas (iv)	4.655.922,14	3.452.792,85
Total	48.963.878,87	46.526.405,78

- (i) Honorários dos conselhos administração, fiscal, ética, consultivo e especialidade (R\$ 1,7 milhões); salários (R\$ 15,4 milhões) e benefícios (R\$ 4,6 milhões) para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos (R\$ 5,5 milhões);
- (ii) Serviços advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;
- (iii) Utilização e manutenção das instalações da UNIMED, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente; e
- (iv) São outras despesas administrativas não classificadas nos grupos anteriores, sendo que do total das despesas, 90% são contribuições obrigatórias pagas para a Federação das UNIMEDS do Estado de Minas Gerais; UNIMED DO BRASIL Confederação Nacional das UNIMED e INTRAFEDERATIVA do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

NOTA 33 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receitas Financeiras	6.537.792,11	8.652.537,53
Receitas com aplicações financeiras	2.609.399,29	4.373.386,79
Receitas por recebimento em atrasos	1.960.146,62	867.739,55
Receitas com depósitos judiciais e fiscais	408.800,88	529.187,80
Receitas atualização IN 39	150.237,89	734.694,06
Receitas com Créditos Tributários	192.327,98	1.614.108,86
Outras	1.216.879,45	533.420,47
Despesas Financeiras	(8.583.772,65)	(15.112.026,61)
Descontos concedidos	(5.459.004,79)	(12.221.929,78)
Despesas por pagamento em atraso	(451.173,34)	(183.723,34)
Despesas Financeiras com Empréstimos	(105.061,33)	(61.193,40)
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	(1.040.214,28)	(1.639.205,05)
Despesas atualização IN 39	(150.237,89)	(741.570,65)
Outras	(1.378.081,02)	(264.404,39)
Resultado Financeiro Líquido	(2.045.980,54)	(6.459.489,08)

NOTA 34 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo da Unimed Uberlândia, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

- a) Avaliação de Instrumentos Financeiros: A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão do vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.
- b) Fatores de risco: A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito: advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez: risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros: o risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos aos seus ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa

adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC) e títulos públicos (LFT), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) **Risco operacional**; é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa. O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- 1) Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- 2) Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- 3) Cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- 4) Documentação de controle e procedimentos;
- 5) Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- 6) Exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- 7) Desenvolvimento de planos de contingências;
- 8) Treinamento e desenvolvimento profissional;
- 9) Padrões éticos e comerciais.

b5) **Risco da gestão da carteira de investimentos**: a cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

NOTA 35 – COBERTURA DE SEGUROS

A cooperativa adota uma política de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar possíveis sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de cobertura	R\$
Complexo administrativo	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos.	22.098.020,00
Veículos (*)	Incêndio, explosão, colisão e roubo.	172.469,00
Responsabilidade Cível	Responsabilidade cível médicos	20.000.000,00

(*) Valores atualizados com base na Tabela Fipe de dezembro de 2018.

NOTA 36 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa efetuou despesas de benefícios a empregados no exercício de 2018, conforme quadro abaixo:



www.unimeduberlandia.coop.br
Av. João Pinheiro, 639
38400-126 Centro - Uberlândia - MG

DESCRIÇÃO	2017	2017
Programa de Alimentação ao Trabalhador	2.193.188,26	2.042.384,73
Plano de Saúde dos Colaboradores	1.229.443,60	1.270.238,69
Seguro de Vida	26.408,54	21.172,86
Cursos e Treinamentos	334.574,00	317.605,04
Auxílio Creche	14.588,19	14.986,56
Participações Sobre o Lucro	0,00	28.013,17
Total	3.798.202,59	3.694.401,05

NOTA 37 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu nenhum outro evento entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis (01/03/2019), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Uberlândia - MG, 01 de março de 2019.


Dr. Sayio de Moraes
Diretor Presidente
CPF 753.551.676-91

Ronaldo Fernandes da Silva
Contador
CPF 776.593.766-91
CRC-MG 082872/O-2